



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE LETRAS

SOLANGE DE JESUS NEVES MELO

**“MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE” DE LUIZ ALBERTO
MENDES: RELAÇÕES DE PODER E AUTOBIOGRAFIA**

Castanhal-PA
2018

SOLANGE DE JESUS NEVES MELO

**“MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE” DE LUIZ ALBERTO
MENDES: RELAÇÕES DE PODER E AUTOBIOGRAFIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Letras (Habilitação em Língua Portuguesa), da Faculdade de Letras, Campus Universitário de Castanhal, Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Literatura

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Afonso Gonçalves Alves

SOLANGE DE JESUS NEVES MELO

**“MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE” DE LUIZ ALBERTO
MENDES: RELAÇÕES DE PODER E AUTOBIOGRAFIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Letras (Habilitação em Língua Portuguesa), da Faculdade de Letras, Campus Universitário de Castanhal, Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Afonso Gonçalves Alves

Data da Defesa _____/_____/_____.

Conceito: _____

Banca Examinadora

Sérgio Afonso Gonçalves Alves – Orientador

Doutor

Universidade Federal do Pará

Prof. Me. José Victor Neto – Avaliador

Instituto Federal do Pará

Dedico este trabalho a Deus, ao meu pai (*in memoriam*), a minha mãe, e a minha filha Adriana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, razão do meu viver, que me conduziu e me levou a trilhar este caminho, que me levantou quando eu quase desisti diante das dificuldades e adversidades pelas quais passei. Sem ELE nada seria possível.

Ao meu amado pai, que não está mais presente nessa importante etapa da minha vida, mas que sonhou junto comigo, acreditou, e tudo fez em vida para que o “nosso” sonho se transformasse em realidade.

A minha mãe, mulher guerreira e corajosa, que tantas vezes largou tudo para ficar com minha filha, para que eu pudesse me dedicar aos trabalhos da faculdade, sempre disposta e pronta a ajudar, mesmo nos momentos mais difíceis.

A minha filha, Adriana, minha maior alegria, melhor amiga, confidente, companheira, que me ajudou com a sua simples existência. O melhor presente que Deus me deu.

Ao meu querido orientador, professor Sérgio Afonso, pela sua compreensão, paciência, gentileza e disponibilidade em me conduzir à elaboração e conclusão deste trabalho. Sua experiência e seu vasto conhecimento foram de importância ímpar nesta reta final da minha vida acadêmica.

Aos meus colegas de turma, em especial a Patrícia, Helena e Dina, com quem participei de grupo de trabalhos no decorrer da vida acadêmica compartilhando aprendizados, amizades e alegrias.

A todos os professores do curso de Letras, que de algum modo acrescentaram conhecimentos, ensinamentos que certamente ajudarão na minha caminhada profissional.

*“Porque eu, o Senhor teu Deus, te tomo
pela tua mão direita, e te digo: Não
temas, eu te ajudo.”*

(Is. 41:13)

RESUMO

Este trabalho pretende demonstrar as relações de poder na narrativa, *Memórias de um sobrevivente* (2009), de Luiz Alberto Mendes. Nesta perspectiva, buscou-se apoio teórico no filósofo francês Michel Foucault, com ênfase no livro *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão* (2014). Deste modo, se realizou uma breve contextualização sobre a evolução do poder punitivo na sociedade, partindo desde a Idade Média até a era moderna, no intuito de mostrar como as formas de exercer o poder foram se transformando até chegar ao método mais comum de punição que é a prisão, no interior de uma sociedade que ficou conhecida como disciplinadora, uma vez que nela o corpo se transforma em objeto e alvo de poder. Assim, pôde-se refletir, por um lado, sobre como as relações sociais estão permeadas de relações de poder, e sobre como, por outro lado, estas se constituem em relações de forças que estão disseminadas por todo o tecido social, ainda que para muitas pessoas as mesmas possam passar despercebidas. Tais relações se fazem presentes na obra de Luiz Alberto Mendes no que tange a certas instituições sociais que se utilizarão de diferentes mecanismos ou instrumento de poder no intuito de controlar e moldar a conduta do sujeito. Outro aspecto enfocado neste trabalho está relacionado à leitura do romance enquanto pertencente ao gênero autobiográfico. Para essa reflexão, recorreremos à obra *O pacto autobiográfico* (2014), de Philippe Lejeune, primando pelos traços que caracterizam a narrativa *Memórias de um sobrevivente* como pertencente ao gênero discutido.

Palavras-chave: *Memórias de um sobrevivente*; Foucault; poder; prisão; autobiografia.

ABSTRACT

This work aims to demonstrate the power relations in the narrative, *Memoirs of a survivor* (2009), Luiz Alberto Mendes. In this perspective, we attempted to theoretical support in French philosopher Michel Foucault, with emphasis in the book to monitor and punish: *The Birth of the Prison* (2014). In this way, if held a brief contextualization on the evolution of the punitive power in society, starting from the Middle Ages to the modern era, in order to show how the ways of exercising power were becoming until you reach the most common method of punishment that is the prison, in the interior of a society that became known as the disciplinarian, since the body is transformed into an object and target of power. Thus, it is possible to reflect, on the one hand, about how social relations are permeated with power relations, and about how, on the other hand, these are relations of forces that are scattered throughout the social fabric, although for many people the same may go unnoticed. Such relationships are present in the work of Luiz Alberto Mendes in respect to certain social institutions that use different mechanisms or an instrument of power in order to control and shape the conduct of the subject. Another aspect focused in this study is related to the reading of the novel while belonging to the autobiographical genre. For this reflection, we resorted to the work *the autobiographical pact* (2014), Philippe Lejeune, striving by traits that characterize the narrative *Memoirs of a survivor* as belonging to the genus discussed.

Keywords: *Memoirs of a survivor*, Foucault; power; prison; autobiography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. UMA ABORDAGEM FOUCAULTIANA.....	14
1.1 Relações de Poder.....	15
1.2 O Poder de Punir.....	17
1.3 O Poder Disciplinar.....	23
1.3.1 O Panóptico.....	28
1.4 A Prisão.....	30
2. O GÊNERO AUTOBIOGRÁFICO.....	33
2.1 Breve contextualização sobre a obra.....	33
2.2 Considerações acerca do gênero autobiográfico.....	36
2.3 “Memórias de um sobrevivente”: Realidade ou Ficção?.....	42
3. RELAÇÕES DE PODER NA OBRA “MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE” DE LUIZ ALBERTO MENDES.....	51
3.1 Relações de poder na família.....	52
3.2 A prisão e os mecanismos de poder.....	55
3.2.1 Trabalho forçado e Isolamento.....	56
3.2.2 Vigilância.....	63
3.2.3 Violência.....	66
CONCLUSÃO.....	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77

INTRODUÇÃO

A vida em sociedade conduz o indivíduo à adequação às normas e condutas impostas pelas inúmeras instituições sociais. Essas instituições emanam controle e submissão, manifestando-se em relações de poder que estão presentes por toda a sociedade. Seja na escola, na família, na prisão, em outro estabelecimento social, e até mesmo nas relações interpessoais, iremos nos deparar com diferentes modalidades de dominação, levando-nos a compreender que as relações sociais estão imbuídas de relações de poder.

De modo geral, essas ponderações remetem aos estudos do filósofo Michel Foucault, que através de suas obras nos dá a direção para que possamos entender como atuam os diversos dispositivos de poder que se ramificam pelo corpo social.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar como as ideias foucaultianas permeiam a narrativa contemporânea, *Memórias de um sobrevivente* (2009), de Luiz Alberto Mendes. Nesta obra literária, podemos evidenciar o estabelecimento de diversas relações de poder, manifestadas através de diferentes dispositivos e de mecanismos sociais punitivos presentes na trama.

Para alcançarmos nossos objetivos nos propomos a realizar uma pesquisa qualitativa, constituída de análises bibliográficas e revisão de literatura, que foi dividida em três partes. No primeiro momento foram examinados os conceitos que envolvem as questões sobre relações de poder. Com esse intuito, utilizamos como embasamento teórico o livro *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão* (2014). Subsidiariamente, recorreremos a artigos e obras de outros estudiosos acerca das teorias foucaultianas.

Para Foucault, toda relação é investida de poder, poder este que não se concentra somente no Estado, mas em todas as dimensões do corpo social. O filósofo caracteriza a sociedade moderna como disciplinar, haja vista o *corpo* ter sido descoberto como alvo de poder, que a partir de diferentes e complexas relações se torna cada vez mais submisso e maleável à dominação. Esta ideia constitui em o fundamento para a compreensão do romance de Luiz Alberto Mendes.

Utilizando a técnica do espelho, antepomos à narrativa um estudo à ideia foucaultiana de que as instituições sociais se utilizam de diversas técnicas que têm como finalidade controlar e moldar a conduta dos indivíduos, tornando-os assim,

úteis a um propósito como, por exemplo, manter a ordem do sistema social. Essas técnicas foram denominadas pelo filósofo de dispositivos de poder.

Partindo da base teórica acima realizamos a análise da narrativa, *Memórias de um sobrevivente*. Na obra, que foi escrita no cárcere e tem como autor um prisioneiro, iremos nos deparar com diferentes mecanismos de poder que terão por finalidade exercer um intenso controle sobre o condenado. Uma rede de relações de poder se desmascara, legitima-se e se reafirma na trama.

Esses diferentes jogos de forças e de conflitos se manifestam em lutas de dominação, de poder, e poderão ser observadas através das instituições sociais e diferentes dispositivos de controle presentes na obra, como a vigilância, a violência, e outros mecanismos. No interior da obra vamos perceber que não somente a prisão, como também a família atua como uma instituição disciplinar em que se manifestam relações dotadas de poder e controle. O pai do personagem Luiz se utilizará, muitas vezes, de mecanismos repressores e violentos evidenciando o caráter disciplinar e o jogo de relações e de forças no seio familiar.

Além disso, o trabalho propôs-se a examinar, secundariamente, a obra memorialística de Mendes, no que tange aos traços que a caracterizam como pertencente ao gênero autobiográfico. Nesse sentido, destacaremos o extravasamento da fronteira do real ao ficcional dentro da narrativa. Com esse intuito, foram utilizados como referencial teórico, os estudos de Philippe Lejeune (2014), Marcello Duarte Mathias (1997), Josefina Ludmer (2010), e Contardo Calligaris (1986), dentre outras publicações que contribuiram para a realização desta pesquisa.

Nesta parte do trabalho, destacaremos as definições referentes ao gênero autobiográfico, visto que a narrativa, *Memórias de um sobrevivente*, trata-se de uma autobiografia. Nessa perspectiva nos embasamos nas conceituações de Lejeune, para mostrarmos os elementos que ressaltam o teor verdadeiro e autobiográfico da obra.

Lejeune argumenta que para uma obra ser considerada autobiográfica precisa preencher algumas condições dentro de quatro categorias diferentes, sendo duas delas imprescindíveis: a identidade do narrador comum a do personagem principal, e a perspectiva retrospectiva da narrativa. Lejeune ressalta ainda que a coincidência entre autor-narrador-personagem, perceptíveis na narrativa, firma o

pacto-autobiográfico que é o pacto firmado entre autor/leitor, como indício da verdade das experiências relatadas.

No entanto, de acordo com o escritor e psicanalista Contardo Calligaris, o texto autobiográfico apresenta aproximação com outros gêneros, fundindo muitas vezes a realidade do relato factual com a ficção, pois para o psicanalista, apesar da autobiografia tratar da história real de um sujeito, no momento em que este vai reconstruir os fatos é quase impossível não recorrer pelo menos a uma parcela de imaginação, até porque cada vez que se reconstrói um acontecimento passado nunca se faz exatamente igual.

Marcelo Duarte Mathias também vai trazer contribuições acerca da mobilidade que as narrativas memorialísticas têm para transitar tanto pelo campo da realidade como pelo campo da invenção. Segundo o escritor português, ao se estruturar uma escrita autobiográfica o autobiógrafo irá recordar os fatos, selecionando apenas os episódios que considera mais importantes. Portanto, ao se eliminar algumas lembranças, lacunas poderão se abrir, as quais podem muito bem ser preenchidas com o acréscimo de imaginação.

Igualmente, os estudos de Josefina Ludmer vão refletir sobre as produções que transpõem a fronteira da literatura, e que também fundem realidade com ficção. Ludmer denominou algumas dessas produções, como por exemplo, as autobiografias, de pós-autônomas, por apresentarem muitas vezes um caráter híbrido e ambíguo, sendo difícil saber a qual gênero pertencem.

Diante dessas considerações, observaremos, no decorrer do trabalho, que a obra *Memórias de um sobrevivente* de Luiz Alberto Mendes mesmo se tratando de uma autobiografia, vai enveredar pela fronteira entre realidade e ficção. Nesse sentido, consideramos relevante mostrar de que forma acontece esse cruzamento do plano real ao ficcional no interior da narrativa, e para isso escrevemos um capítulo subsidiado nos autores acima.

Tendo a pesquisa como um dos focos as relações de poder, o desenvolvimento desse trabalho justifica-se pelo papel de relevância que essas relações apresentam em nossa sociedade. Vivemos cercados por elas, e mesmo que muitas vezes nem sequer percebamos, estamos constantemente sendo influenciados e bombardeados por essas relações, pois estão em todos os lugares e atingem todas as pessoas. Exercendo, deste modo, um forte poder sobre nós, na

medida em que modifica nossos pensamentos, e molda nossas condutas e atitudes, deixando marcas em nossas vidas e no nosso dia a dia.

Logo, se as relações sociais são formadas por relações de poder, compreendê-las se torna de fundamental importância. Além disso, aprendemos que a literatura é considerada como uma representação da sociedade. Por isso, buscamos entender as relações de poder a partir dessa ótica textual. Desta forma, este trabalho também tem como mérito a busca pela compreensão a respeito de algo tão presente e atual em nossas vidas e no meio em que vivemos.

O trabalho apresenta-se organizado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo intitulado, *Uma abordagem foucaultina*, teceremos uma reflexão sobre a questão do poder punitivo na sociedade, desde a era clássica até a era moderna, com o intuito de mostrar como as formas de exercer o poder foram se transformando com o tempo. Abordaremos, deste modo, algumas ideias e conceitos foucaultianos, que darão base à análise da obra.

No segundo capítulo, pretendemos discutir brevemente algumas noções sobre o gênero autobiográfico, que vai compor a narrativa, *Memórias de um sobrevivente*, tratando sucintamente dos aspectos referentes aos elementos reais e ficcionais no interior do livro.

No terceiro e último capítulo, intitulado *Relações de poder na obra Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes, apresentaremos a análise da narrativa de Luiz Alberto Mendes, mostrando de que maneira as relações de poder permeiam a obra desse autor.

1. UMA ABORDAGEM FOUCAULTIANA

Michel Foucault foi um filósofo francês contemporâneo que revolucionou de certo modo o pensamento humano ao tocar em assuntos delicados de uma forma tão destemida e peculiar. Assuntos esses que até então tinham sido pouco ou nunca antes debatidos da maneira como ele os fez. Seu repertório de pesquisa era amplo, e considerado bastante complexo para muitas pessoas. No entanto, o contato com os seus estudos ajuda ampliar os horizontes assim como refletir sobre acontecimentos que nos atingem, e que mesmo assim passam muitas vezes despercebidos.

A questão do poder é uma das vertentes de pesquisas a que o filósofo se dedicou. Ele tratou o assunto de modo diferente e particular, e buscou refletir sobre esse tema a partir de um novo prisma. Em suas reflexões, Foucault (2014), afirma não existir o poder, e sim relações de poder que se encontram disseminadas por toda sociedade. Segundo o filósofo, o poder atua na modernidade como um jogo de forças que ocorre no interior das diferentes relações sociais, se tratando de uma prática social.

Na obra *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão* (2014), Foucault regressa a um momento histórico em que o poder aparece como representação da vontade do Soberano, ou seja, o rei detinha o exercício legítimo do poder. Essa concentração de poder nas mãos do monarca resultava em muitos excessos, além de métodos punitivos desumanos denominados de suplício. Entretanto, a sociedade passou por inúmeras transformações, e assim, o poder deixou de ser pessoal, saindo das mãos do rei até atingir todo o corpo social.

Partindo desse pressuposto, discorreremos neste capítulo a respeito do poder na visão do pensador francês. Falaremos sobre a evolução do poder de punir desde a monarquia, onde a prática do suplício era a prática penal mais utilizada, até chegar ao método moderno mais comum de penalidade; a prisão. Além disso, levaremos em consideração as principais mudanças que propiciaram esses desdobramentos e trataremos também sobre alguns conceitos foucaultianos no intuito de possibilitar melhor compreensão sobre o assunto em pauta.

1.1 Relações de Poder

Quando se fala sobre a questão do poder, frequentemente, pensamos em arbitrariedade, repressão, grupos políticos, ou relacionamos a termos jurídicos, como a lei. Pensamos no poder como se fosse algo que pertencesse somente a determinados grupos de pessoas e que por isso exercê-lo-iam sobre os demais indivíduos (MACHADO, 1998). Nessa perspectiva, o poder é visto como uma coisa ou um bem, que além de possuir apenas aspectos negativos é considerado como algo que surge de cima para comandar e controlar os que estão embaixo.

No entanto, o filósofo francês Michel Foucault, ao tratar sobre o poder, não vai examiná-lo como “uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais.” (MACHADO, 1998, p. 10). Foucault vai muito além de qualquer definição teórica, visto não ser esse seu propósito. Ele decide analisar o poder no âmbito das relações sociais, pois o vê presente em toda parte e não nas mãos de poucos, e muito menos o vê como algo que possua materialidade para que alguém dele possa se apoderar (PASSOS, 2008).

Para Foucault, nem mesmo existe o poder. O que existe são relações de poder que se expandem para toda a sociedade, sendo o “efeito de uma ação sobre a ação dos outros que está sempre presente nas relações sobre os indivíduos e grupos.” (PASSOS, 2008, p. 9). Além disso, o poder não é estático, mas está numa incessante transformação, acompanhando o ritmo e a evolução tanto da história quanto da sociedade, já que esses são elementos necessários a sua existência (PASSOS, 2008).

Roberto Machado (1998), estudioso sobre as teorias foucaultianas aborda o poder do ponto vista do filósofo francês. Segundo Machado, o que mais interessava para Foucault era entender e demonstrar a forma como o poder é exercido, assim como perceber os efeitos do poder nos indivíduos. Por isso, ele analisou o poder como algo que está sempre em circulação e não como um produto estático, ou como algo que alguém detém. A esse respeito Machado (1998, p. XIV), observa que:

O poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer

que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação.

Nessa perspectiva, o poder é analisado como uma prática social e pode funcionar como um dispositivo para o controle da sociedade. Isso não quer dizer que o poder esteja localizado nas instituições, mas que nessas estruturas bem como em toda sociedade existem estratégias que funcionam como dispositivos de poder visando à transformação de um indivíduo ou de grupos, modificando o modo de agir e de pensar das pessoas.

Portanto, o poder, não deve ser visto de forma descendente, isto é, não se propaga somente a partir de um centro, como por exemplo, através do Estado ou macropoder, para o restante do corpo social. O poder, segundo Foucault deve ser examinado ascendentemente, pois se dirige de baixo para cima e vai muito além de um órgão central político.

Nesse sentido, vale dizer que “o poder se encontra auxiliado por micropoderes que se encontram dispersos nos diferentes pontos do complexo social, ligados ou não ao Estado.” (FERREIRA *apud* SANTIAGO *et al*, 1995, p. 846). Esses micropoderes são as diversas relações de força que se constituem e atuam nas diferentes instituições sociais e estão disseminadas por toda a sociedade.

Por isso Foucault reitera que as instituições sociais como as prisões, escolas, asilos, fábricas, igrejas, hospitais, família, dentre outras, vão formar o conjunto dessas microestruturas de poder, *i.e.*, os micropoderes. Ademais, o filósofo ressalta que toda e qualquer pessoa está sujeita a exercer o poder assim como sentir os seus efeitos.

Desse modo, subentendemos que não há como viver apartado das relações de poder. Em qualquer lugar onde exista uma relação entre duas ou mais pessoas seja até nas práticas discursivas, o poder se manifestará como um jogo de forças, uma teia de relações que cobre todo o corpo social (PASSOS, 2008). O poder é uma ação sobre outra ação (BERT, 2013).

A filósofa Izabel Passos na obra *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade* vai reforçar a ideia discutida acima, argumentando que o poder:

É apenas a forma, variável e instável do jogo de forças que definem as relações sociais em cada momento histórico concreto e que se define através de práticas e discursos específicos. Só se pode apreender o tipo de poder em jogo em um determinado campo de práticas e discursos. (PASSOS, 2008, p. 11).

Resumindo, não há como pensar o poder de maneira universal, igual no mundo inteiro. Mesmo sabendo que o poder sempre existiu e sempre existirá, como “um exercício ou como um jogo de forças instável e permanente” (PASSOS, 2008, p. 9). Para que compreenda melhor o seu funcionamento ou a forma como ele é exercido, é fundamental observar o contexto histórico e social de um determinado lugar.

1.2 O Poder de Punir

Segundo o dicionário da língua Portuguesa, punição é o ato ou efeito de punir, é aplicar a correção, pena, castigo (AURÉLIO, 2015, p. 624). O mecanismo penal recai, normalmente, sobre o indivíduo que transgrediu a norma estabelecida, cometendo uma infração. Desde a era moderna que o método punitivo mais comum é o encarceramento do infrator.

Porém, antes da prisão existiram outras práticas penais para se castigar um criminoso, como os suplícios, que eram as penas corporais que causava enorme dor e sofrimento, ocorriam em plena praça pública, e recaíram durante muitos séculos contra todo aquele que desobedecesse às leis impostas pelo rei. Desse modo, houve um longo processo de acontecimentos e transformações para que a prisão despontasse como a forma penal mais usual.

Para explicar as transformações que ocorreram ao longo da história na arte de punir, o filósofo Michel Foucault examinou os procedimentos penais existentes desde a Era Clássica, quando o poder de punir estava intimamente ligado ao poder do Estado, na figura do soberano. Nessa conjuntura, quem transgredia a norma batia de frente com o poder monárquico, que representava e fazia valer a lei.

Portanto, Foucault (2014, p. 49), ressalta que “o crime, além de sua vítima imediata, ataca o soberano; ataca-o pessoalmente, pois a lei vale como a vontade do soberano”. Assim, se voltar contra a lei seria se voltar contra o rei e sofrer as consequências punitivas de sua rebeldia.

A técnica do suplício era a prática penal que predominava na sociedade Ocidental dessa época. Nela considerava-se todo tipo de castigos bárbaros e hediondos que conferiam dor e sofrimento físico ao criminoso. Além disso, as execuções das penas ocorriam publicamente, tomando a forma de um teatro de horror, como um modo de atemorizar e conter as violações da lei (FOUCAULT, 2014). No que concerne à prática do suplício, Foucault assevera que:

O suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento. (...) destina-se, ou pela cicatriz que deixa no corpo, ou pela ostentação de que se acompanha, a tornar infame aquele que é sua vítima; o suplício, mesmo se tem como função “purgar” o crime, não reconcilia; traça em torno, ou melhor, sobre o corpo do condenado sinais que não devem se apagar; a memória dos homens, em todo caso, guardará a lembrança da exposição, da roda, da tortura ou do sofrimento devidamente constatados. (FOUCAULT, 2014, p. 37).

Portanto, os castigos aconteciam como uma verdadeira cerimônia penal, em que o corpo do condenado era supliciado em plena praça pública (FOUCAULT, 2014). A dor física, o sofrimento, a tortura e toda prática cruel do poder de castigar que era exibida à população, tinham o propósito de reforçar o poder do monarca. Ao condenado cabia apenas, sob tortura, confessar sua culpa como uma verdade incontestável, sem chance de defesa (FOUCAULT, 2014). Conforme Foucault (2014, p. 49-50), a execução do castigo infligido ao culpado pelo delito cometido implicava:

(...) por um lado, na reparação do prejuízo que foi trazido ao reino (a desordem instaurada, o mau exemplo dado, são prejuízos consideráveis que não tem comparação com o que é sofrido por um particular); mas implica também que o rei procure a vingança de uma afronta feita à sua pessoa. (FOUCAULT, 2014, p. 49-50).

Deste modo, toda a exposição violenta das penas era uma imposição da vontade do poder tirânico do soberano sobre o criminoso que, ao violar a norma estabelecida tornava-se seu inimigo pessoal. Cabia então ao rei a vingança, que era uma maneira de mostrar toda a sua superioridade e sua força, intimidando assim, toda sociedade que contra ele, ou contra a lei que dele emanava, quisesse se rebelar (FOUCAULT, 2014). A expressão política que vigorava era a expressão do medo e da supremacia do direito de punir do soberano.

Segundo Michel Foucault, a partir da segunda metade do século XVIII, essa prática de punição começa a ser criticada e amplamente contestada. Há uma

necessidade de se encontrar uma nova forma de impor o castigo, sem que houvesse esse caráter vingativo do rei, visto que existia um sentimento repulsivo e revoltante da população contra os excessos do sistema punitivo real.

De acordo com os reformadores dessa época, esse método punitivo colocava em risco a estabilidade do próprio Estado, “acostumado a ‘ver correr sangue’, o povo aprende rápido que só pode se vingar com sangue” (FOUCAULT, 2014, p. 73). Por isso, essa forma de repressão poderia trazer sérios problemas para a monarquia.

Desta forma, houve a necessidade de abrandar a pena imposta pelo rei, tal como, desvencilhar essa prática do seu poder tirânico, pondo um fim à vingança do soberano, para assim evitar a cólera e a revolta da sociedade contra a coroa. Era uma reflexão que cobrava uma leveza das penas e que estava estritamente ligada ao cenário revolucionário e ao ideal iluminista, que estava em plena efervescência no contexto histórico europeu.

Por isso, exigia-se a necessidade de uma reforma penal em que a humanidade do condenado fosse respeitada, e se estabelecesse um limite, uma fronteira do poder punitivo, que levasse em consideração o “homem” que habitava o corpo do criminoso, o “homem-medida: não das coisas, mas do poder” (FOUCAULT, 2014, p. 13).

Logo, eram exigidas “punições menos diretamente físicas, uma certa discrição na arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimentos mais sutis, mais velados e despojados de ostentação” (IBIDEM, p. 13). Resumindo, ansiava-se por um modo mais humano de castigar.

No entanto, Foucault relata que existiam outros fatores que favoreciam a suavidade das sanções proposta pelos reformadores, uma vez que diante das transformações históricas que vinham ocorrendo, ocorria também uma mudança nas práticas ilegais que pareciam se tornar menos violentas, enquanto que os castigos também se tornavam mais brandos. Nesse sentido, o filósofo afirma que:

(...), com efeito, nota-se uma diminuição considerável dos crimes de sangue e, de um modo geral, das agressões físicas; os delitos contra a propriedade parecem prevalecer sobre os crimes violentos; o roubo e a vigarice sobre os assassinatos, os ferimentos e golpes; a delinquência difusa, ocasional, mas frequente das classes mais pobres é substituída por uma delinquência limitada e hábil; os criminosos do século XVII são homens prostrados, mal alimentados levados pelo impulso e pela cólera, criminosos de verão; os do XVIII, velhacos, espertos, matreiros que calculam, criminalidade de

marginais; modifica-se enfim a organização interna da delinquência. (FOUCAULT, 2014, p. 75).

Como vemos acima, no final do século XVII as quadrilhas, os bandos de malfeitores começaram a desaparecer, cedendo lugar aos crimes individuais, ou de pequenos grupos de ladrões. Por conseguinte, o que se vê é uma “suavização dos crimes antes da suavização das leis” (FOUCAULT, 2014, p 76). Do mesmo modo que mudou a forma de criminalidade, mudou também o alvo dos criminosos, que passou do corpo para os bens patrimoniais.

A mudança de uma criminalidade de sangue, em que havia o uso da violência, para uma criminalidade de fraude, cujo alvo se torna a propriedade, é fruto de um conjunto de transformações pelas quais a sociedade europeia vinha passando. Isso se deve, entre outras coisas, ao aumento no número de propriedades, ao aumento da riqueza, ao desenvolvimento do padrão de vida, ao surgimento da burguesia e ao crescimento demográfico.

Por outro lado, há um aumento da miséria da população e da classe dos miseráveis, multiplicando, por conseguinte, as infrações. Por isso, será necessário um ajustamento dos métodos punitivos, que irão se tornar mais aperfeiçoados (FOUCAULT, 2014). Nesse sentido, começa a haver maior vigilância sobre o povo, assim como também um aumento do aparato policial, ou seja, mudam-se as estratégias punitivas. Para explicar as transformações que ocorrem, Foucault cita a contribuição de outro estudioso:

(...) “essa transformação não pode ser separada de vários processos que lhe armam uma base; e em primeiro lugar, como nota P. Chaunu, de uma modificação no jogo das pressões econômicas, de uma elevação geral do nível de vida, de um forte crescimento demográfico, de uma multiplicação das riquezas e das propriedades e da necessidade de segurança que é uma consequência disso” (FOUCAULT, 2014, p.76).

Fica claro então que as inúmeras mudanças nas áreas socioeconômicas, que estão a todo vapor naquela época, exigiram mudanças nas demais áreas, e a segurança foi uma delas. A reforma penal era então, uma exigência de todos esses acontecimentos, principalmente a de por fim à “disfunção do poder monárquico”, e conseqüentemente à supressão de uma série de excessos, exageros, lacunas e todo tipo de diversas irregularidades na justiça tradicional, que se traduziam numa

má economia do poder, aumentando exorbitantemente o seu custo econômico (FOUCAULT, 2014).

Além disso, o Antigo Regime sustentava muitas ilegalidades que eram aceitas e que se difundiam pelas diferentes camadas sociais. Essas ilegalidades eram privilégios que detinham a nobreza, o clero e a burguesia. E apesar da massa da população não possuir essas prerrogativas, “gozavam, no que lhes impunha as leis e os costumes, de margens de tolerância, conquistadas pela força ou pela obstinação.” (FOUCAULT, 2014, p. 82). Nenhuma classe social estava disposta a perder os seus privilégios, nem mesmo o povo que as conseguira à força.

Acontece que essas ilegalidades produziam um perigo para a sociedade, e um aumento dos crimes, principalmente em se tratando das ilegalidades que diziam respeito à massa da população, que era justamente o núcleo de onde se originava a criminalidade. Em defesa das margens de tolerância que lhes cabiam, a população estava pronta a se rebelar (FOUCAULT, 2014).

Em pleno séc. XVIII, com o desenvolvimento industrial e comercial, a concentração das propriedades nas mãos da burguesia, o estabelecimento do capitalismo, e todas as modificações que agravavam ainda mais a miséria do povo, a tendência era o aumento dos crimes e todos os tipos de infrações. Haveria, então, que encontrar medidas repressivas efetivas para combater os atos criminais.

Deste modo, no decorrer do séc. XVIII “dentro e fora do sistema judiciário, na prática penal cotidiana como na crítica das instituições, vemos se formar uma nova estratégia para o exercício do poder de castigar.” (FOUCAULT, 2014, p. 81). A partir de então, não caberia à justiça punir menos, porém punir melhor, introduzindo em toda a sociedade novas tecnologia do poder de castigar, como enfatiza abaixo o filósofo Michel Foucault:

Definir novas táticas para atingir um alvo que agora é mais tênue, mas também mais largamente difuso no corpo social. Encontrar novas técnicas às quais ajustar as punições e cujos efeitos adaptar. Colocar novos princípios para regularizar, afinar, universalizar a arte de castigar. Homogeneizar seu exercício. Diminuir seu custo econômico e político aumentando sua eficácia e multiplicando seus circuitos. (FOUCAULT, 2014, p. 88).

Assim, com a reforma penal, temos uma evolução do direito de punir, novos métodos, novas práticas, que não se limitam mais à vingança do soberano, todavia se voltam para a defesa da sociedade. Além disso, com a nova reforma criminal,

nasce uma nova estratégia no que diz respeito aos princípios que norteiam a legislação, embasada na teoria geral do contrato redigida por Rousseau (FOUCAULT, 2014). Nela, presume-se que o indivíduo tenha concordado com todas as normas estabelecidas, inclusive com a lei que diz que ele será punido caso venha a cometer um delito. Em vista de uma infração, o criminoso passa a ser inimigo de todo o corpo social, que conseqüentemente tem todo o direito de castigá-lo, visto que o ato criminal ofende toda a sociedade (FOUCAULT, 2014).

Foucault descreve o surgimento de algumas regras que vão orientar a arte de punir nessa nova fase, dentre elas, a necessidade de definir a infração cometida para que daí lhe seja imposta a aplicação da pena, a necessidade de uma legislação escrita com definições dos crimes e das penas de forma transparente, e que esteja ao alcance de todos; a substituição de alguns castigos, como por exemplo, a pena de morte pela escravidão perpétua, no intuito de conter a repetição da transgressão e evitar o crescimento da criminalidade, a representação da penalidade como uma forma de evitar a reincidência, a comprovação da verdade do crime, e a elaboração de um código penal (FOUCAULT, 2014).

Diante do quadro de reforma penal que se manifestava na sociedade Ocidental no séc. XVIII, Foucault (2014, p. 102), explica que “encontrar para um crime o castigo que convém é encontrar a desvantagem cuja ideia seja tal que torne definitivamente sem atração a ideia de um delito.” Dessa maneira, as punições passariam a ser aplicadas conforme a gravidade do crime. Acreditava-se que essa seria uma forma de prevenir os atos infracionais.

Portanto, para cada delito uma lei, e para cada delinquente uma pena. Ainda não existia a concepção de uma punição uniforme, como a reclusão. Inclusive, essa é uma ideia totalmente contestada e descartada nesse quadro de mudanças. A prisão já existia, mas como uma alternativa de punição dentre tantas outras. Segundo Foucault (2014, p. 112), “a ideia de uma reclusão penal é explicitamente criticada por muitos reformadores”. No entanto, o filósofo elucidava que apesar das críticas e da relutância, em pouco tempo a prisão passou a ser o principal meio de castigo, como podemos observar na citação abaixo:

No Código Penal de 1810, entre a morte e as multas, ela ocupa, sob um certo número de formas, quase todo o campo das punições possíveis. (...). Que é o sistema de penalidades admitido pela nova lei? É o encarceramento sob todas as suas formas. (...). A detenção, a reclusão, o

encarceramento correcional não passam, de certo modo, de nomes diversos de um único e mesmo castigo. (FOUCAULT, 2014, p. 113).

Concluindo, segundo Foucault, no final do século XVIII, o indivíduo poderá se defrontar com três tecnologias de poder, ou seja, três formas de organização do poder punitivo. A primeira modalidade se alicerçava ainda no tradicional sistema penal do direito monárquico, em que a punição fazia parte de uma espécie de solenidade pública recaindo sobre o corpo do criminoso para expressar a autoridade do rei, mas que já era cada vez mais menos recorrente.

O segundo método punitivo apresentava um caráter mais preventivo, que fazia uso de sinais, visto que o objetivo não era mais atingir o corpo provocando sofrimento e dor. Pretendia-se agora atingir a alma do indivíduo provocando nele um receio que o faria desistir do crime. É nesse momento que a população passa a ser mais controlada e vigiada.

E por fim, o terceiro dispositivo, que vai perdurar até os dias de hoje, a prisão, onde o castigo é aplicado de forma coerciva, fazendo-se uso de métodos de adestramentos do corpo e de procedimentos disciplinares (FOUCAULT, 2014). O poder de punir sai das mãos do soberano para o corpo social, entram em jogo novas estratégias e novas práticas de punição, vinculados a uma nova mentalidade que vai formar a sociedade disciplinar.

1.3 O Poder Disciplinar

A partir da segunda metade do séc. XVIII, o corpo passa a ser visto como um objeto de extremo interesse, o qual ao ser treinado, aperfeiçoado e subjugado, torna-se apto, útil e dócil, multiplicando-se suas forças e transformando assim em um alvo do poder (FOUCAULT, 2014). Nessa conjuntura tem-se a formação da sociedade moderna, e de uma nova forma de poder: o disciplinar.

No entanto, vale ressaltar que a atenção voltada ao corpo com fins de docilização, já era prática decorrente de uma posterioridade. Desse modo, bem antes do séc. XVIII os métodos disciplinares já eram empregados em instituições como: colégios, ambientes hospitalares e organizações militares. Contudo, a partir desse século, muita coisa será modificada, e novas técnicas serão implementadas.

Para Foucault, o poder disciplinar vai encontrar no século XVIII terreno fértil para sua propagação, visto que foi uma conjuntura histórica em que as transformações estavam a todo vapor e diante das revoluções liberais, do iluminismo e de todas as mudanças ocorridas nascia uma nova concepção de sociedade, e com ela uma nova forma de se exercer o poder. Nesse sentido, o filósofo afirma que:

(...) é o momento em que nasce uma arte do corpo, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar a sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. (FOUCAULT, 2014, p. 135).

Assim, podemos chamar de disciplina para “os métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2014, p. 135). Desse modo, a disciplina tem como propósito a domesticação dos indivíduos, transformando-os em pessoas úteis e obedientes à sociedade.

Para tanto, são utilizadas diferentes técnicas disciplinares a fim de dominar e moldar a conduta dos indivíduos, levando-os a proceder da maneira como se deseja, a partir de técnicas que Foucault vai chamar de anatomia política ou mecânica do poder. Em vista disso, o filósofo vai dizer que “a disciplina é uma anatomia política do detalhe.” (2014, p. 137), pois para o poder disciplinar, os princípios, as vontades, o comportamento, as atitudes e até as coisas mais ínfimas, aparecem como essenciais a sua efetivação (FOUCAULT, 2014).

Dessa maneira, todas as coisas referentes ao sujeito serão consideradas importantes quando o assunto é o poder disciplinar. Por isso, os pequenos detalhes como o modo de falar, de vestir, o que comer e até mesmo o modo de andar serão alvo de controle.

O poder disciplinar é uma modalidade de poder que vai possibilitar o funcionamento das instituições, assim como dos grupos sociais que irão se utilizar de inúmeros mecanismos ou dispositivos que permitam a sujeição do corpo e a extração de sua força.

Nessa perspectiva, o poder disciplinar também seria o que Foucault chamou de microfísica do poder, visto que se encontra fragmentado, envolvendo tudo e todos. Difere do poder de soberania o qual era representado por um governante

sobre toda a população. Ele surgiu em sintonia com o capitalismo e com a burguesia, conforme podemos perceber na citação abaixo:

Se a decolagem econômica do Ocidente começou com os processos que permitiram a acumulação de capital, pode-se dizer, talvez, que os métodos para gerir a acumulação dos homens permitiram uma decolagem política em relação a formas de poder tradicionais (...) logo caídas em desuso, foram substituídas por uma tecnologia minuciosa e calculada da sujeição (...) as mutações tecnológicas do aparelho de produção, a divisão do trabalho, e a elaboração das maneiras de proceder disciplinares mantiveram um conjunto de relações muito próximas. (FOUCAULT, 2014, p. 213).

Como vemos, para regularizar a vida dos indivíduos tem-se um novo dispositivo de poder “com um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saber” (FOUCAULT, 2014, p. 139), têm-se o poder disciplinar, empregado em hospitais, escolas, fábricas, oficinas, família, prisões, dentre outros. É a microfísica do poder, que em outras palavras quer dizer, uma série de instituições que estabelecem, a partir de inúmeros mecanismos controle sobre os indivíduos.

Entretanto, vale ressaltar que não se deve comparar o poder disciplinar a uma instituição social. Para isso, Foucault esclarece que a disciplina “é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos (...)”. (FOUCAULT, 2014, p. 208).

Para o filósofo a disciplina pode ficar sobre a incumbência de diferentes instituições, assegurando “uma distribuição infinitesimal das relações de poder.” (IBIDEM, p. 209). Essas relações de poder se darão através de diferentes e variados mecanismos de controle sobre o indivíduo, tornando possível, como já foi dito anteriormente, o funcionamento da organização social e de suas diversas instituições, visto que o corpo, ao ser adestrado, vai colaborar para a manutenção da ordem e da harmonia do sistema social (FOUCAULT, 2014).

Ainda de acordo com Foucault, “a disciplina fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 2014, p. 167). É um poder sutil, que passa muitas vezes despercebido e se realiza através de uma economia moderada e calculada, porém contínua.

Como forma de fazer valer cada vez mais o seu efeito e sua eficiência, a disciplina vai se utilizar de três dispositivos, que lhe são essenciais: a vigilância, a

norma e o exame (FOUCAULT, 2014). O primeiro dispositivo, a vigilância hierárquica, caracteriza-se pela observação constante, que nada mais é do que o olhar minucioso e ininterrupto sobre o comportamento dos indivíduos. Segundo Foucault ela é imprescindível para o bom resultado do poder disciplinar.

Ela fará uso de “um aparelho onde as técnicas que permitam ver induzam a efeitos de poder.” (FOUCAULT, 2014, p. 168). Por isso, as arquiteturas das instituições, antes mesmo do século XVIII, foram construídas seguindo o modelo circular conhecido como panóptico, do qual falaremos mais adiante. O que importa saber de antemão é que nessas construções estratégicas, utilizava-se de práticas de vigilância, em que o domínio sobre o corpo acontecia sem violência. Conforme poderemos ver abaixo, a vigilância fez o poder disciplinar constituir-se como:

Um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre os indivíduos, seu funcionamento é uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente, essa rede sustenta o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros. (FOUCAULT, 2014, p. 174).

Desta forma, a vigilância se torna cada vez mais presente na vida das pessoas, sendo por um lado indiscreta, visto que atualmente se encontra em toda parte e mantém sobre os indivíduos alguma forma de controle, e ao mesmo tempo discreta, pois mesmo mantendo um controle ininterrupto, opera oculto e silenciosamente, passando quase totalmente despercebida pela maior parte dos indivíduos.

A sanção normalizadora, outro instrumento mencionado por Foucault, corresponde às medidas normativas mediante comportamentos transgressores às normas estabelecidas pelo corpo social. Essas medidas fazem parte de um mecanismo penal que pressupõe qualquer sistema disciplinar e que lhe é indispensável (FOUCAULT, 2014).

Assim, para qualquer desrespeito à regra existe uma micropenalidade, ou seja, “toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações” (FOUCAULT, 2014, p. 175). Caso haja violações ou inadequações às normas dispostas pelas instituições sociais ou até mesmo atitudes que se distanciam delas, estas serão penalizadas, tendo por objetivo restringir os erros.

Portanto, são punições que se diferenciam do processo judicial, na medida em que possuem caráter fundamentalmente corretivo. Além disso, as penalidades aqui discutidas funcionam como se fossem um exercício, *i. e.*, uma repetição das atitudes corretas.

Com efeito, no sistema disciplinar, punir é evitar os desvios à norma, exercitando o sujeito à prática correta, mediante, inclusive a uma gratificação. “É esse sistema que se torna operante no processo de treinamento e de correção.” (FOUCAULT, 2014, p. 177). Daí, trabalha-se a incorporação das atitudes virtuosas do indivíduo.

Por fim, último recurso citado por Foucault, o exame, é a combinação dos métodos hierárquicos da vigilância e da sanção normalizadora. “É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir.” (Ibidem, p. 181). É um dispositivo que dispõe os corpos numa esfera de vigilância, individualizando-os para examiná-los, tornando cada indivíduo um caso, cada vez mais suscetível de controle e dominação.

O exame é um recurso que vai manter os indivíduos em um estado de objetivação e numa visibilidade permanente, assim como também vai sancioná-los (FOUCAULT, 2014). Com o exame, o indivíduo vai ter sua vida examinada detalhadamente, estudada e comparada aos demais indivíduos.

Sendo assim, a disciplina é um modo de adestrar, utilizar e controlar o corpo, e para isso utiliza-se de um mecanismo que permite infiltrar-se em todas as modalidades de poder. Em síntese, “as disciplinas são o conjunto das minúsculas invenções técnicas que permitiram fazer crescer a extensão útil das multiplicidades fazendo diminuir os inconvenientes do poder.” (FOUCAULT, 2014, p. 213).

Vivemos em uma sociedade onde somos continuamente vigiados, normalizados e examinados. Em quase todos os lugares que vamos existe uma câmara à espreita. Somos obrigados a assumir padrões de comportamento para que sejamos aceitos pela sociedade, pelos grupos, redes sociais e etc. sem falar nas documentações que são exigidas para quase tudo, além de exames, laudos médicos e uma infinidade de outras coisas que têm por finalidade nos policiar, nos controlar e nos transformar em homem modelo de uma sociedade disciplinar.

2.3.1 O Panóptico

Como vimos, a Idade Moderna inaugura um novo tipo de sociedade: a disciplinar. Essa modalidade de poder do tipo disciplinar é marcada por uma diversidade de técnicas e de procedimentos que se disseminam por toda a sociedade e visam um controle e uma subordinação cada vez mais estreita dos indivíduos.

Assim, a sociedade disciplinadora consiste em uma vigilância contínua, que exerce um poder sobre os corpos, na medida em que os individualiza, regulamenta, adentra e controla. Desde a modernidade até os dias atuais a vigilância cresce progressivamente. Vivemos numa sociedade panóptica que está com o olhar sempre atento a qualquer desvio.

Segundo Foucault (2014), o panóptico é a figura arquitetônica da sociedade disciplinar. Trata-se de um modelo prisional idealizado no final do século XVIII pelo filósofo e jurista Inglês Jeremy Bentham. O projeto consistia em uma estrutura no formato circular, onde ficariam dispostas as celas. Cada cela teria duas janelas, sendo uma para a parte externa da construção e outra para o seu interior. No centro do prédio ficaria uma torre, na qual uma pessoa vigiava todos os prisioneiros, que se mantinham na cela, isolados um dos outros.

Apesar do vigilante da torre ter a visão de todos os encarcerados, estes não conseguiam ver quem os observava, e nem saber se alguém de fato os vigiava, o que provocava certo temor ao detento que acreditava está continuamente espionado e por isso buscava manter um comportamento irrepreensível (FOUCAULT, 2014).

O sistema panóptico funciona, portanto como instrumento de disciplina, que será aplicado não somente às prisões, mas as escolas, fábricas, hospitais, e demais instituições. É o olho do poder que possibilita um rigoroso controle daqueles que estão debaixo do seu monitoramento, conforme podemos observar nas palavras de Foucault (2014, p. 194-195):

Se os detentos são condenados não há perigo de complô, de tentativa de evasão coletiva (...), se são doentes, não há perigo de contágio; loucos, não há riscos de violências recíprocas; crianças, não há cola, nem barulho, nem conversa, nem dissipação. Se são operários, não há roubos, nem concluídos, nada dessas distrações que atrasam o trabalho, tornam-no menos perfeito ou provocam acidentes.

De acordo com o filósofo, o dispositivo panóptico marcado pela individualidade, visibilidade e controle está na base do que pode se considerar uma sociedade disciplinar, servindo como um instrumento para docilização e transformação dos indivíduos.

Para Foucault, o efeito mais interessante do panóptico é “induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder”. (FOUCAULT, 2014, p. 195). Poder esse que era constante na consciência dos indivíduos e que por isso trazia bons resultados.

Nesse sentido, os efeitos dessa suposta vigilância são percebidos através dos efeitos duradouros que causam nos indivíduos, mesmo que eles não estejam sendo verdadeiramente observados. Por isso, o panóptico pode ser visto como uma técnica de controle, “uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce: enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são portadores”. (IBIDEM, p. 195).

O panóptico precisa ser entendido como um dispositivo de poder que está em toda parte, ele é na verdade “um intensificador para qualquer aparelho de poder” (FOUCAULT, 2014 p. 199), que vai apontar o olhar vigilante e controlador aonde houver necessidade de determinar uma conduta, visando sempre um grupo de indivíduos. Em outras palavras:

O panóptico pode ser utilizado com máquina de fazer experiências, modificar de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retrainar os indivíduos (...). O panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens (...) (FOUCAULT, 2014, p. 197-198).

Os mecanismos de vigilância constante automatizam o poder, garantindo e estendendo o seu exercício a toda sociedade (FOUCAULT, 2014). Dessa forma, o modo de organização do sistema panóptico lhe confere um caráter exclusivo de controle.

Para finalizar, podemos dizer que o uso de mecanismos que seguem o princípio panóptico se torna cada dia mais crescente no corpo social. Nossa sociedade vive na era da informática, e a todo o momento surgem novas tecnologias que possibilitam maior vigilância dos indivíduos, como câmeras altamente modernas espalhadas por todos os lugares.

Ninguém tem o poder de escolha quando se trata desse mecanismo de poder, pois quer queiramos ou não seremos sempre vigiados. Quem não se adequa aos princípios reguladores impostos pelas estruturas de poder corre o risco de ser lançado à margem da sociedade, na clausura da prisão, onde o sistema de vigilância será ainda mais intenso. Portanto, cabe dizer que nossa sociedade é um reflexo do sistema panóptico.

1.4 A Prisão

Conforme foi visto anteriormente, a prisão não é uma criação da sociedade moderna, visto que já existia há muito tempo atrás. Porém, ela passou longo período à margem do sistema penal. Sempre envolvida por muitas críticas, o seu surgimento como forma principal de punição aconteceu na Europa Ocidental, nos fins do século XVIII e início do séc. XIX (FOUCAULT, 2014).

Segundo Foucault, o sucesso da detenção como forma global de punição está diretamente relacionado às transformações ocorridas no seio da sociedade europeia (FOUCAULT, 2014). Em meio a uma nova mentalidade, as violentas e desumanas punições ocorridas em praças foram duramente combatidas. A sociedade exigia um método penal mais brando, mais humano. Nesse contexto a prisão desponta como uma solução mais viável no meio de tantas outras formas penais. De acordo com o filósofo francês:

A prisão, peça essencial no conjunto das punições, marca certamente um momento importante na história da justiça penal: seu acesso à humanidade. (...) Não foi o acaso, não foi o capricho do legislador que fizeram do encarceramento a base e o edifício quase inteiro de nossa escala penal atual: foi o progresso das ideias e a educação dos costumes (FOUCAULT, 2014, p. 223-224).

Por isso, apesar de todos os problemas que o estabelecimento carcerário possuía, o seu surgimento como punição generalizada se deu de modo muito evidente, justamente pelo fato de estar intimamente ligada à mentalidade daquela época. Numa sociedade em que se preza a liberdade como um bem precioso e comum a todas as pessoas, privá-las de algo tão importante apareceu como uma

punição justa para todos (FOUCAULT, 2014). Portanto, foi aceita com naturalidade pela sociedade.

Além disso, o fato da punição ser comparada a uma reparação que atinge não somente a vítima, mas toda a sociedade, tornou a prisão ainda mais interessante para todos. Uma vez que o detento pagaria pela infração que havia cometido, não somente através do afastamento do convívio social, mas também através do trabalho.

Nesse sentido, o tempo que o criminoso passaria encarcerado dependeria da infração que tivesse cometido. Assim, o tempo serviria para determinar as trocas econômicas, sendo que a pena seria calculada por horas trabalhadas (FOUCAULT, 2014). Deste modo, o detento realizaria alguns trabalhos públicos que refletiriam para a sociedade no pagamento pelo crime cometido.

Por esse ângulo, Foucault declara que “retirando tempo do condenado, a prisão parece traduzir concretamente a ideia de que a infração lesou, mais além da vítima, a sociedade inteira” (FOUCAULT, 2014, p. 224). Então, nada mais justo que o castigo que recaía sobre o infrator tivesse esse caráter amplo de reparo a todo o corpo social. O enclausuramento e os trabalhos forçados se ajustaram perfeitamente aos anseios dos indivíduos, o que tornou a implantação do sistema punitivo carcerário ainda mais evidente.

Para Foucault (2014, p. 225), “esse duplo funcionamento jurídico-econômico por um lado, técnico-disciplinar por outro - fez a prisão aparecer como a forma mais imediata e mais civilizada de todas as penas”. Assim, a prisão passou a ser vista como um aparelho institucional que além de privar o infrator da liberdade, tem por finalidade corrigir e transformar o criminoso, disciplinando-o. Com esse intuito o sistema penal, vai utilizar diferentes técnicas de poder, sempre com o propósito de moldar o encarcerado transformando-o em um novo indivíduo (FOUCAULT, 2014).

A partir dessa ótica a prisão surge na modernidade, como o modelo institucional da sociedade disciplinar, e “introduz processos de dominação característicos de um tipo particular de poder.” (FOUCAULT, 2014, p. 223). É dentro do espaço fechado que é a prisão que se dará a aplicação de penas que visam à correção dos infratores, através de uma ação contínua sobre o corpo do detento, da sujeição, e de uma vigilância constante.

Porém, o aparecimento da instituição prisional não diminuiu a criminalidade, pelo menos em países menos desenvolvidos como o Brasil. Além disso, as críticas

que já existiam só fizeram aumentar. Os argumentos sobre sua ineficiência são os mais variados possíveis. Criticam-na pela superlotação, porque provoca reincidência criando novos delinquentes, porque induz os presos ao ócio aumentando a criminalidade em vez de reduzi-la, por causa da violência interna.

Enfim, não são poucos os argumentos desfavoráveis no que diz respeito às críticas direcionadas a essa instituição. Porém, não obstante os seus aspectos negativos, a prisão ainda continua sendo “a detestável solução de que não se pode abrir mão”. (FOUCAULT, 2014, p. 224). Porque apesar da triste realidade que a envolve, até o momento não se conseguiu pensar em algo melhor que venha a substituí-la.

2 O GÊNERO AUTOBIOGRÁFICO

2.1 Breve contextualização sobre a obra

A narrativa *Memórias de um sobrevivente*, escrita por Luiz Alberto Mendes conta a história de vida do autor, desde que ele tinha apenas seis anos de idade. Filho único de Luiz Aberto Mendes e de D. Eida, Luiz Alberto Mendes Júnior era uma criança muito amedrontada e assustada. O pai era alcoólatra e muito violento, mantinha uma relação hostil dentro da casa, quase nunca conversava com o filho e a educação que lhe dava era pautada em brigas e agressões. Seu Luiz, quando estava presente, costumava espancar o filho diariamente e ainda o insultava das piores coisas, palavras terríveis, a maioria desconhecidas pelo menino, mas que não saíam de sua cabeça.

Por esse motivo, Mendes se transformou de uma criança assustada e quieta, em um menino rebelde e cheio de ódio. Ele conheceu a escola aos seis anos de idade e a odiou por causa da disciplina que reinava naquele ambiente, assim como detestou todos os professores. Sua mãe, D. Eida, além da avó, era a única pessoa da família por quem alimentava um sentimento de amor pleno e verdadeiro. Ela era uma mulher sofredora, que dava duro para sustentar a família que vivia numa situação muito precária. O marido, seu Luiz, lhe tratava muito mal e vivia ameaçando espancá-la, por isso ela se tornara uma esposa submissa, e mesmo não concordando com as atitudes sempre agressivas e violentas do marido, acatava-as sem questionar.

Luizinho como era chamado o personagem quando criança morava em Vila Maria, bairro periférico de São Paulo, e adorava brincar na rua com os meninos que tinham mais idade do que ele. A rua se transformou para ele num símbolo de liberdade desde cedo, e era onde ele se sentia mais a vontade. Antes dos oito anos de idade, Luizinho já cometia alguns furtos dentro de sua casa, pegava o dinheiro da carteira da mãe, do bolso do pai, e em todas as casas aonde ia roubava alguma coisa. Aos oito anos, já cometia pequenos roubos pela vizinhança, junto com a sua turma de amigos.

Apesar de ter um péssimo comportamento, de não suportar a escola, e vê-la como uma prisão, aos dez anos Luizinho conseguiu o diploma do curso primário e

seu pai o matriculou numa escola particular que tinha um preço bem acessível, porém o menor não frequentava as aulas e ficava com todo o dinheiro das mensalidades. Quanto mais ele crescia, maior era a necessidade de “estar capitalizado”. Queria ir ao centro da cidade, frequentar cinemas, comprar roupas “da moda”, sair com garotas. E por causa dessa “pseudoliberalidade”, das mentiras que contava aos pais, dos roubos cometidos dentro e fora de casa, e também para praticar assaltos no centro de São Paulo, ele começou a fugir de casa.

Numa dessas fugas ele foi pego e levado para o Serviço de Assistência e Triagem (SAT), onde ficavam os meninos de rua menores de catorze anos. Era o começo de muitas passagens pelos diferentes reformatórios, os quais ele iria passar antes de atingir a maioridade. Foi nesse ambiente hostil que ele conheceu e fez muitas amizades com garotos que viviam nas ruas e que já eram pequenos “profissionais” da criminalidade. Também foi nesse ambiente que Luizinho conheceu a violência fora de casa, haja vista todo tipo de maus tratos e abusos pelos quais esses menores passavam dentro desses reformatórios.

Aos doze anos de idade Luizinho largou a escola definitivamente, e aos treze anos conseguiu um emprego como auxiliar de serviços gerais num escritório de uma fábrica de porcas. Em pouco tempo foi promovido a office boy e passava o dia todo fazendo entregas numa bicicleta. Logo, tinha adquirido confiança dos funcionários, e acabou descobrindo o segredo do cofre onde ficava guardado todo o dinheiro da fábrica. Começou a roubar diariamente sem que ninguém percebesse e gastava todo o dinheiro com drogas, bebidas e prostitutas no centro da cidade, na conhecida “boca do lixo”, lugar de prostituição que muito lhe seduzia.

Com o tempo fora descoberto, não antes sem fazer uma enorme retirada e fugir novamente. Quando o dinheiro acabava ele começava a roubar juntos com os amigos que encontrava de suas passagens pelos reformatórios. Vivia nas ruas, em abrigos, ou onde o dinheiro pudesse pagar. Ficava sempre nos locais mais perigosos da cidade, escondido da polícia, mas com o tempo sempre era pego praticando roubos e conduzido aos reformatórios, onde sofria as mais duras punições, até ser novamente entregue a família.

Foi um longo ciclo na vida de Luizinho que se repetiu durante alguns anos. Voltava para o lar, se arrependia dos delitos cometidos, conseguia um emprego novo e pensava em começar uma nova vida. Porém, a sedução pela “liberdade” que encontrava nas ruas, pelo crime que lhe proporcionava obter mulheres, roupas,

festas, e tudo o quanto queria sempre falava mais alto. Ele admirava os criminosos que estampavam as capas dos jornais, e o seu sonho era ser como eles, bandido famoso. Por isso, as tentativas de mudanças terminavam em fracasso. Sempre que começava um novo emprego dava um jeito de roubar todo o dinheiro do local, e quando menos se esperava, estava de volta ao submundo do crime.

E assim, ele cresceu mergulhado na criminalidade, na violência dos Institutos para menores, em meio aos vícios, aos prazeres e a irresponsabilidade. Luizinho era fascinado pelas noites da cidade, e precisava de dinheiro para usufruir de tudo o que tanto lhe atraía. Conquistava amizades e mulheres com presentes, com festas que costumava promover com o dinheiro que roubava, além de que vivia fazendo incursões na boca do lixo. Aos quinze anos, além de batedor de carteira, ele praticava assaltos, arrombamentos, e já andava armado.

Algumas vezes, Luizinho pensava na mãe que tanto o amava e que sempre lhe recebia de braços abertos quando ele retornava para casa depois das supliciantes punições que sofria quando era pego. Ela era a única pessoa que despertava sentimentos bons naquele endurecido coração. Ele pensava nas dificuldades em que ela poderia estar passando, enquanto ele estava com o bolso cheio de dinheiro, mas sabia que ela não aceitaria nada roubado. Sentia saudades, pensava em visitá-la, mas tinha receio de encontrar o pai.

Após atingir a maioridade Luizinho passou a ser chamado de Mendes, já não era um adolescente, era um homem e conhecia todo tipo de mazelas do mundo do crime. Seus envolvimentos amorosos eram sempre com prostitutas e criminosas agressivas. Eram relacionamentos doentios, cheios de ciúmes e possessividade. Ele já era um bandido conceituado no mundo do crime, tinha todo um passado de crimes nas costas, além de muitas passagens pelas prisões, e várias tentativas de fugas.

Aos dezenove anos, Mendes foi sentenciado a quase cem anos de prisão, em treze processos por assalto, homicídio e latrocínio. Dessa vez, ele tinha vindo para ficar definitivamente no presídio. Durante os primeiros nove meses depois do julgamento ele ficou isolado de todos os outros presos, e passou um ano e três meses sofrendo as mais severas punições. O personagem sentia uma revolta muito grande para com a sociedade, e a culpava por todos os males que sofria. Ali naquela ambiente hostil que é a cadeia, ele sofreu todo tipo de torturas e castigos.

Mendes escapou inúmeras vezes de ser estuprado por outros condenados e chegou a cometer um assassinato para se livrar do abuso sexual dentro da instituição.

Mas, ali naquele lugar tão degradante, Mendes também conheceu o prazer pela literatura, chegando a dizer que ela “o salvou”. O seu contato com a leitura provocou nele uma transformação. Ele se apaixonou pelos livros e buscou neles a companhia que precisava. Mendes lia em média oito a dez horas por dia, e conheceu todos os clássicos da literatura universal e nacional. Começou a evitar as relações criminosas, se desinteressou pelo mundo crime, e passou a refletir sobre todas as coisas erradas que cometeu. Estava arrependido, não queria mais essa viver dessa forma, não queria mais ser bandido.

Mendes passou a frequentar aulas e oficinas que aconteciam dentro da prisão, fez novas amizades, com pessoas vistas por ele como pessoas do bem, também fez uma nova releitura do mundo e percebeu que havia algo de bom e queria pertencer a esse novo mundo. Segundo o relato, ele decidiu escrever sua trajetória de vida para entender um pouco mais sobre si mesmo. E dentro do cárcere nasceu sua primeira obra: *Memórias de um sobrevivente*.

2.2 Considerações acerca do gênero autobiográfico

Definir o gênero autobiográfico é uma tarefa bastante complexa que esbarra em diferentes questões teóricas, visto que existem muitos tipos de relatos que tem como tema contar a vida de uma pessoa, como as biografias, as autobiografias, os romances biográficos, os diários, dentre outros; e que mostram certa semelhança entre si (LEJEUNE, 2014).

Segundo o escritor e psicanalista Contardo Calligaris (1998), a autobiografia é um gênero literário que remete a um passado muito distante, mas que só começou a ser amplamente difundido na literatura a partir da modernidade, no final do século XVIII. Para o escritor, a “autobiografia e journal progredem de maneira diretamente proporcional ao triunfo do individualismo ocidental” (CALLIGARIS, 1998, p. 47). Esse triunfo é marcado pelo iluminismo e pelo romantismo.

Com isso, o homem moderno começa uma busca por leituras que apresentam o outro, da mesma forma como também procura falar de si, expondo sua história de vida. Assim, a partir da modernidade a individualidade passa a ser

fruto de extremo interesse, e conseqüentemente haverá um aumento de produções biográficas.

Essa individualidade é algo que tem a ver com a questão cultural daquele momento, conforme assevera o escritor e psicanalista Contardo Calligaris ao citar a reflexão feita pelo filósofo Michel Foucault: “Falar ou escrever de si - como reparou Foucault – é um dispositivo crucial da modernidade, uma necessidade cultural, já que a verdade é sempre e prioritariamente esperada do sujeito – subordinada a sua sinceridade”. (FOUCAULT, 1997 apud CALLIGARIS, 1986, p. 45).

Nesse sentido, a autobiografia representa a voz da verdade, a sinceridade dos fatos relatados, tornando-se uma modalidade textual característica do sujeito moderno ocidental, dentro de uma conjuntura cujo interesse pela interioridade do sujeito tenha adquirido formas particulares certamente impulsionadas pelas transformações da sociedade e pelos ideais iluministas (TAUFER, 2007).

Portanto, se a autobiografia aflora no seio da sociedade moderna, na contemporaneidade esse gênero vai ganhar ainda mais força, voltando a ter evidência no cenário literário e a despertar grande interesse por parte de diferentes segmentos da sociedade.

Dessa forma, acontecerá um aumento no número de produções literárias alicerçadas no gênero autobiográfico, bem como haverá um diferencial nessas escritas, que vai, porque não dizer, se popularizar. Antes a maioria dos escritos era feito por escritores renomados ou sobre personalidades da sociedade (TAUFER, 2007). Atualmente contemplamos um enorme contingente de autores desconhecidos nas prateleiras das livrarias dispostos a compartilhar as experiências da trajetória de sua vida.

Mas como já foi dito anteriormente, se torna difícil delimitar o gênero autobiográfico por causa das afinidades que este apresenta com outros discursos memorialísticos. Além disso, o uso de outras expressões utilizadas com o sentido aproximado ou sinônimo do termo autobiografia como “escritas de si”, “escritas do eu”, “escrita intimista”, dentre outros, parece confirmar essa deficiência conceitual.

Philippe Lejeune é um ensaísta francês que se aprofundou no conhecimento e nas pesquisas sobre o gênero autobiográfico, escrevendo inúmeros trabalhos sobre o assunto. Em seus estudos, ele vai defender a autobiografia como um relato retrospectivo em prosa que se esteia nas veracidades dos fatos, e vai diferenciar essa modalidade discursiva das demais.

Portanto, discorreremos, brevemente, a respeito de alguns aspectos que segundo Lejeune são de extrema importância para o reconhecimento de uma obra autobiográfica. Levando em consideração que *Memória de um sobrevivente* apresenta tais aspectos.

Em *O pacto autobiográfico: De Rousseau a internet* (2014), o ensaísta define o gênero autobiográfico como uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa faz de sua própria existência quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2014, p. 16). O estudioso acrescenta a esse conceito outros elementos pertencentes a quatro categorias distintas, e que, segundo ele, ajudarão a compor um texto autobiográfico, estabelecendo diferenças com outros gêneros. São elas:

1. Forma da linguagem: a) narrativa; b) em prosa.
2. Assunto tratado: vida individual, história de uma personalidade.
3. Situação do autor: identidade do autor (cujo nome remete a uma pessoa real) e do narrador.
4. posição do narrador: a) identidade do narrador e do personagem principal; b) perspectiva retrospectiva da narrativa. (LEJEUNE, 2014, p. 16).

Nessa perspectiva, uma obra pode ser considerada como autobiográfica na medida em que “preenche ao mesmo tempo as condições indicadas em cada uma dessas categorias” (LEJEUNE, 2014, p. 17). De acordo com Lejeune, nem todas as categorias se manifestam eventualmente em um texto autobiográfico. Entretanto, duas delas apresentam-se como imprescindíveis na definição de um texto autobiográfico; tratam-se das categorias três e quatro, que veremos mais abaixo.

No que diz respeito à primeira categoria que se refere à forma da linguagem, iremos identificar em *Memórias de um sobrevivente*, de autoria de Luiz Alberto Mendes, as duas condições que irão permitir classificarmos a obra desse autor como provável candidata ao posto do gênero autobiográfico. Primeiro porque o livro de Mendes segue um exemplo de texto narrativo, trazendo uma sequência de fatos que se mostrarão todos interligados.

Nele haverá a presença de um narrador que vai contar a história, tal como os demais elementos que compõem uma narrativa. A obra segue uma sucessão cronológica, com ações que se desenrolam na cidade de São Paulo. Segundo, porque se trata de um texto escrito em prosa, construída de forma natural, direta e livre, organizada de frases, parágrafos e capítulos. Desta forma apresenta um

discurso que se diferencia da poesia. Abaixo um fragmento da obra a título de confirmação:

Sei que era um menino inquieto, desesperado. Vivia buscando ser aceito pelos meninos mais velhos que eu. Muito cheio de medo e assustado, fazia tudo para não demonstrar, como qualquer outro menino, só que com diferentes resultados. Eu era danado, segundo todos diziam. Meu pai, desde que me lembro já bebia. Passava dias de fora de casa, sem dar notícias. Quando voltava, dizia que fora preso em brigas pelos onde enchia a cara. Chegava xingando, brigando e falando alto. (MENDES, 2009, p. 9).

No trecho acima o protagonista recorda o comportamento que tinha quando criança, deixando transparecer a insegurança que sentia desde a infância e que fora motivada por uma educação violenta por parte do pai. O menor vivia amedrontado e aflito. Tinha medo de demonstrar seus anseios e sentimentos e parece apresentar certo complexo de inferioridade.

Veremos também que *Memórias de um sobrevivente* tem como tema a história da vida de uma pessoa em particular, que neste caso se trata do próprio escritor Luiz Alberto Mendes. Toda a narrativa é voltada para os acontecimentos da trajetória de sua vida, em que rememora de maneira envolvente os fatos posteriores que viveu, bem como recorda da infância triste e pobre, da vida de crimes pelas ruas de São Paulo, seus casos amorosos e as agruras da prisão. Neste caso, podemos concluir que a obra satisfaz a condição da segunda categoria sobre o assunto tratado.

A terceira categoria pensada por Lejeune vai discorrer sobre a identidade do autor e do narrador, que assim como as duas primeiras categorias, também pode ser facilmente perceptível em *Memórias de um sobrevivente*. Na medida em que o leitor, até o mais desatento, ao entrar em contato com o livro físico (que traz na capa o nome do autor), e mergulhar no universo instigante da obra, certamente perceberá a coincidência que existe entre ambos, ou seja, autor e narrador (LEJEUNE, 2014).

O leitor poderá perceber pela coincidência dos nomes que se refere à mesma pessoa. Ademais, ainda que o leitor não conheça a pessoa do autor, não duvidará de sua existência, uma vez que a relação de identidade entre autor e narrador é pressuposta em toda narrativa confessional (LEJEUNE, 2014). Ao autobiógrafo, “em última instância, é atribuída à responsabilidade da enunciação de todo o texto escrito” (LEJEUNE, 2014, 27). Assim, convém dizer que a entidade que conta a história é a mesma que escreveu o livro.

Por fim, expomos a quarta categoria que apresenta as duas últimas condições imprescindíveis para se reconhecer uma obra como pertencente ao gênero autobiográfico. A primeira delas é a identidade do narrador com o personagem. Essa característica pode ser identificada em *Memórias de um sobrevivente* através do relato construído na primeira pessoa gramatical, “Dona Eida, minha mãe, dizia que até os seis anos eu era um santo” (MENDES, 2009, p. 9).

Como pudemos notar na obra de Mendes existe a coincidência entre autor-narrador-personagem. Lejeune vai determinar essa tripla identidade de *pacto autobiográfico*, que é o pacto firmado entre autor/leitor, como indício da verdade das experiências relatadas, e o que vai reafirmar o teor autobiográfico de uma narrativa (LEJEUNE, 2014), diferenciando-a das demais modalidades discursivas que tem como tema narrar a vida de uma pessoa, como por exemplo, a biografia. O escritor esclarece ainda que:

(...) Isso é correto quando nos limitamos ao texto, sem considerar a página do título, pois desde o momento em que a englobamos ao texto, com o nome do autor, passamos a dispor de um critério geral, a identidade do *nome* (autor-narrador-personagem). (...) As formas do pacto autobiográfico são muito diversas, mas todas elas manifestam a intenção de honrar *sua assinatura*. O leitor pode levantar questões quanto à semelhança, mas nunca quanto à identidade. Sabe-se muito bem o quanto cada um de nós preza seu próprio nome. (LEJEUNE, 2014, p. 30-31).

Portanto, é no pacto autobiográfico que reside a essência da escrita autobiográfica. “O pacto autobiográfico é a afirmação, no texto, dessa identidade, remetendo, em última instância, ao nome do autor, escrito na capa do livro” (LEJEUNE, 2014, p. 30). Por isso, os elementos paratextuais, como as informações contidas na capa ou contracapa do livro, também podem servir para o leitor como forma de reconhecimento e confirmação da identidade do autor atribuída também ao narrador e ao personagem.

Em *Memórias de um sobrevivente*, Luiz Alberto Mendes é o autor, o narrador e o protagonista da narrativa, consolidando a obra como típica do gênero autobiográfico. Além disso, o epílogo da obra pode servir como mais um elemento que vai ratificar o teor de veracidade do texto, visto que nele (epílogo), Mendes vai recapitular a trajetória de sua vida, explicando para o leitor a maneira como se deu a escrita de sua autobiografia. Conforme podemos ler abaixo:

Estou preso, como sempre, agora na Casa de Detenção de São Paulo. O ano é 2000, o milênio virou esses dias. Somo agora quarenta e sete anos de idade, cumprindo vinte e sete anos de prisão. (...) Continuo condenado a um montão de anos de prisão (...). Amadureci, evolui e cresci muitas vezes (...). Passaram-se mais de vinte anos do final do relato que fiz de minha vida. (MENDES, 2009, p. 409)

Pelo fragmento acima percebemos que a narrativa, *Memórias de um sobrevivente*, foi redigida no passado e publicada muitos anos depois do final do relato. Essas informações se tornam mais completas, obviamente, com a leitura da obra na íntegra. Mas, o que desejamos ressaltar agora, é o distanciamento do narrador e personagem. Segundo Lejeune, esse afastamento acontece para que aquele que descreve o relato possa falar de “sua própria narração atual”. (LEJEUNE, 2014, p. 47)

Por isso, no momento em que Mendes resume a ação dos fatos e finaliza a narrativa, chama a atenção do leitor, situando-o diante da cronologia dos acontecimentos. Já não o faz como um narrador-personagem e sim como aquele que conta uma história (TAUFER, 2007). Entretanto, nem por isso, o pacto autobiográfico vai ser descaracterizado.

A posição do narrador quanto à perspectiva retrospectiva da narrativa, é a última condição estabelecida por Lejeune para o reconhecimento de uma obra como autobiográfica. Nela a ênfase se situa em torno da recordação dos fatos e na reconstrução do passado.

Na obra analisada a memória de um passado é algo que se vê claramente, começando pelo próprio título do livro. Além disso, Luiz Alberto Mendes, o autobiógrafo, olha para trás ao relatar as suas experiências pessoais, fazendo um retrospecto de sua vida que começa na infância e se desenvolve até chegar à fase adulta. Ele recorda e registra os acontecimentos pretéritos. O autobiógrafo desnuda sua vida, seus anseios, medos e sentimentos, expondo e reconstruindo eventos de um passado distante (TAUFER, 2007). Abaixo um trecho da obra que demonstra o que foi dito:

A mãe do meu pai era uma portuguesa rude por quem jamais tive estima alguma e de quem sempre fui mantido à distância. Morava junto com a tia Ilda, seu marido e três filhos. Desde pequeno, sempre fui colocado como o parente a ser evitado nessa casa (...). Soube aos dezoito anos que havia

era preconceito contra mim, por eu ser bastardo. Ninguém me dissera nada. (MENDES, 2009, p. 18-19).

Com base no que foi explanado, vimos que a narrativa estudada cumpre os quatro requisitos formulados pelo escritor Philippe Lejeune, evidenciando simultaneamente um produtor textual, narrador e personagem idênticos. Nessa perspectiva, a obra apresenta os elementos fundamentais para caracterizá-la como autobiográfica, e como tal, norteadas por um discurso factual. É claro, que a discussão não para por aqui, pois além de mais densa e polêmica, envolve muitas outras problemáticas. Nosso intuito, porém era apenas mostrar, sucintamente, os aspectos que sustentam a obra dentro do gênero citado acima.

2.3 *Memórias de um sobrevivente: Realidade ou Ficção?*

Conforme vimos acima, para Philippe Lejeune (2014), existe uma diferença marcante que torna uma obra autobiográfica inconfundível e diferente das demais modalidades íntimas, a qual o escritor denominou de pacto autobiográfico. Por isso, na autobiografia haverá um compromisso do autobiógrafo com o leitor que deverá escrever a narrativa pautada na verdade dos fatos ocorridos. Enquanto que a modalidade ficcional será desprovida dessa obrigação.

Todavia, sabemos o quanto é difícil relatar as lembranças de um passado exatamente como aconteceram. Por isso, ainda que uma pessoa pretenda contar fielmente as suas experiências pretéritas, fatalmente cometerá algum deslize, ou seja, sempre haverá algo para ser dito, ou algo que pelo motivo de esquecimento ou qualquer outro motivo poderá ser relatado com uma pitada de imaginação. Essa ideia é plausível de ser apropriada por todo texto de conteúdo memorialístico, e acreditamos que pode ocorrer, inclusive, no interior de uma obra autobiográfica.

Partiremos da hipótese de que, na tentativa de edificar uma personalidade e estruturar a história de sua vida, o autobiógrafo siga um caminho sinuoso, já que terá que olhar para trás a fim de desenterrar as lembranças do passado no sentido de a ordenar e reconstruir (MATHIAS, 97), o que pode muito bem levá-lo a várias armadilhas, extrapolando os limites que separam a realidade da ficção.

Desse modo, os debates que giram em torno da fronteira, que em muitos casos inexistem entre a realidade e ficção dentro de uma narrativa baseada em fatos reais como a autobiografia, se tornaram bastante abundantes. Diante dessa perspectiva, examinaremos sucintamente o livro *Memórias de um sobrevivente*, no intento de descobrirmos como se dá o extrapolamento do real ao ficcional nesta obra. Nesse sentido, achamos conveniente fazermos primeiramente a distinção entre os termos.

O dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (2008) define “realidade” como algo que diz respeito à qualidade de real, ou seja, o que existe de fato, verdadeiro. Enquanto o vocábulo “ficção” quer dizer “criação da imaginação, da fantasia, coisa sem existência real, apenas imaginária” (WALTY, 1986, p.15). A partir das definições fica nítida a oposição de sentidos entre os dois vocábulos. Porém, mesmo com significados distantes, os termos possuem entre si uma relação, mantendo-se separadas por uma linha quase invisível (TAUFER, 2007).

De acordo com Walty (1986, p. 15), a arte (lembrando que literatura também é arte) é ficção, porque se diferencia do real, ou seja, é a “imitação da realidade”. Além disso, a forma de perceber a realidade que nos cerca é muito particular e depende muito dos referenciais de cada um (WALTY, 1986). A escritora cita como exemplo a diferença de percepção de mundo de uma criança, que geralmente parte de uma visão mais artificial ou imaginária das coisas para se alcançar o natural ou real.

Tendo em vista as diferentes impressões e percepções de mundo de cada pessoa, e o caráter verossímil dos textos literários, acreditamos que se torna meio difícil falar em ficcional sem pensar no real, porque ainda que pareçam distantes, outras vezes parecem tão próximas (WALTY, 1986).

No ensaio *Sobre autobiografias e diários* (1997), de autoria do escritor português Marcelo Duarte Mathias, ele deixa claro que toda escrita autobiográfica traz em si um propósito que motiva o autobiógrafo a escrever o seu texto revelador. Segundo Mathias, ao relatar suas experiências, o autobiógrafo deseja antes de tudo examinar a si mesmo para saber quem está por traz dos atos praticados. Quer conhecer a sua verdadeira identidade e acredita que o ato autobiográfico o ajudará. Esse é o real e primeiro motivo que o leva a escrever, conforme poderemos confirmar na citação:

O autobiógrafo propõe-se decifrar, por detrás do percurso que foi seu, a identidade que lhe subjaz, a verdade profunda que o anima e determina, a sua unidade, em suma – fundamento e finalidade de sua ambição. Preocupação de inteligibilidade que o levará a operar uma escolha, a estabelecer prioridades, a fixar a inteireza de uma personalidade. Porém, ao fazê-lo, introduz – porventura sem disso se dá conta – um elemento de reinterpretação que falseia a própria essência do que pretende provar. (MATHIAS, 1997, p. 41-42).

Desse modo, para que se cumpra a finalidade do seu projeto autobiográfico, o autobiógrafo eventualmente poderá recorrer à seleção dos acontecimentos do passado que considera mais importantes e interessantes, ao mesmo tempo em que, possivelmente, poderá descartar aqueles que acredita não terem importância. Esse método aplicado pelo autobiógrafo, mesmo sem querer, pode provocar omissões, e acréscimos, abrindo lacunas para a ficção (MATHIAS, 1997).

Em *Memórias de um sobrevivente*, veremos certa correspondência com a teoria de Mathias, porque o autobiógrafo, ao falar sobre sua existência, vai descrever suas experiências, acreditando que ao trazer a tona o que viveu, consiga descobrir quem ele foi verdadeiramente, desvendando a si próprio. Na busca pela identidade subjacente, Mendes será motivado a reconstruir sua personalidade. Tentando se reconhecer através da sua escrita:

Apenas escrevi para ter uma sequencia que permitisse que eu mesmo entendesse o que havia acontecido realmente. (...) Eu queria ordenar momentos e acontecimentos, ações e reações, para ver se entendia um pouco dessa balbúrdia que foi minha existência. Isso me fez confiar na vida e saber que há algo, sei lá o quê, ou quem, que deve nos querer bem (...) consegui entender um pouquinho desse tumulto, desse aparente caos e loucura que é o ser humano. (MENDES, 2009, p. 414-415).

Assim, notaremos através do trecho acima que o autobiógrafo assume sentir a necessidade de entender o que viveu no passado para que consiga atingir a compreensão de si mesmo e do mundo. Mendes faz essa revelação no epílogo da obra, deixando evidente o motivo maior que o impulsionou ao relato da trajetória de sua vida. Essa necessidade, como bem disse Mathias (1997), conduzirá o autobiógrafo a focar nos fatos que para ele são mais relevantes. Por isso, é provável que ele faça cortes ou acrescente algo a mais, e assim conceda um tom falso ao relato.

Mathias (1997), diz também que a coincidência que existe entre o personagem e o autor é um tanto quanto suposta, pois, embora os dois tenham o

mesmo nome e se tratem da mesma pessoa, encontram-se separados pelo tempo e pelo espaço. Portanto, de acordo com o escritor seria muito complexo e ilusório “procurar conferir continuidade e verossimilhança psicológicas a uma realidade destituída de unidade psíquica que é a trajetória de qualquer percurso humano.” (MATHIAS, 1997, p. 42).

Nessa perspectiva, *Memórias de um sobrevivente* também vai se encaixar na reflexão do escritor, já que o nome do personagem Luiz Alberto Mendes coincide com o nome do autor, visto que um é o outro. Isso é fato. Porém, tal como no pensamento de Mathias existe entre eles uma lacuna no que diz respeito ao tempo.

Mendes finaliza a sua escrita e passa mais de dez anos para poder publicá-la. “O ano é 2000, o milênio virou esses dias. Somo agora quarenta e sete anos de idade” (MENDES, 2009, p. 409). Por aí dá para ver o quanto é grande o intervalo de tempo que separa o “artista” do “modelo” (MATHIAS, 1997).

Acrescenta-se ainda o fato de que apesar de Mendes escrever o relato da sua vida todo na prisão e contar o que acontecia ali dentro, ele fala também sobre acontecimentos familiares, da infância e da juventude ocorridos fora dela. Sendo assim, Mendes precisará recriar a realidade distante, e para isso precisará recordar a história de alguém que ele foi quando criança ou até a juventude, mas que não é mais.

Portanto, no momento de sua escritura ele já é outro bem diferente. E ao reconstruir a sua trajetória partirá de uma perspectiva pessoal, distante dos fatos o que possivelmente o levará a enveredar por uma realidade “zigzagueante de múltiplas dimensões” (MATHIAS, 1997, p. 42), e assim seu relato poderá ganhar contornos ficcionais.

Dando continuidade ao trabalho, nos deparamos com o texto *Literatura pós-autônoma*, de autoria da crítica e ensaísta Josefina Ludmer. O ensaio vai refletir sobre certas produções contemporâneas difíceis de serem classificadas dentro de um campo literário, já que de acordo com a ensaísta transpõem a fronteira da literatura, não se encaixando nem dentro nem fora dela (LUDMER, 2010).

Ludmer chama essas produções de escrituras pós-autônomas. São escrituras da atualidade que fusionam realidade e ficção, rompendo de vez com as delimitações, ou seja, nelas “a realidade é ficção e a ficção é realidade” (LUDMER, 2010, p. 3). Segundo a ensaísta, isto acontece porquanto:

Porque essas escrituras diaspóricas não só atravessam a fronteira da “literatura”, mas também a da “ficção” (...). Reformulam a categoria de realidade: não se pode lê-las como mero “realismo”, em relações referenciais ou verossimilhantes. Tomam a forma do testemunho, da autobiografia (...). Saem da literatura e entram “na realidade” e no cotidiano, na realidade do cotidiano. (LUDMER, 2010, p. 2).

Como vemos acima, o gênero autobiográfico aparece como uma das modalidades que irão compor a categoria descrita por Ludmer. Pois assim como os demais gêneros citados, a autobiografia também se trata de um texto que se volta para o passado, recriando a realidade. É uma realidade alicerçada no cotidiano, nos acontecimentos diários, e que se distingue dos registros factuais políticos e sociais que separam a realidade da ficção.

Para Ludmer, a realidade do cotidiano é uma realidade originada a partir dos meios tecnológicos e científicos que não pretende ser representada pelo simples fato de já surgir como uma representação, pois “absorve e funde toda a mimese do passado para constituir a ficção ou as ficções do presente.” (LUDMER, 2010, p.2). Dessa forma, embora a escritura autobiográfica se espelhe nos fatos verídicos o autor, ao relatá-los, recria a realidade conforme o seu ponto de vista, dando asas à imaginação.

Em *Memórias de um sobrevivente*, vimos que o relato é construído através das lembranças da realidade de Mendes. No entanto, notamos que em alguns momentos da obra, o autor, ao descrever suas experiências, desliza do plano da realidade para o plano ficcional, fundido os dois elementos da mesma maneira como acontece nas narrativas pós-autônomas.

Nessas circunstâncias, o relato exhibe percepções de mundo particulares, com trechos que se confundem com estados de alma, totalmente desprendidos da realidade, perfazendo um discurso que mistura a realidade com a ficção, como é possível perceber no fragmento abaixo:

Os loucos, os débeis e os fracos eram o alvo favorito de todos naquele depósito de vidas humanas (...). Árvores, sol, vida. Já aquilo me inebriou. Fiquei emocionado. Ainda existia o mundo, e eu já esquecera o quanto podia ser belo, luminoso e brilhante. Saí andando ao lado do PM, a passos trôpegos. Bebendo com os olhos tudo aquilo que entrava, invadindo a alma de beleza, de encanto. (MENDES, 2009, p. 104-105).

Mendes estava há um mês no reformatório, era ainda um jovem, menor de idade e tinha sentido na pele todo tipo de violência, de degradação e de descaso

com a ala delinquente da sociedade. Viveu como um animal em celas putrefatas, infestadas de muquiranas e todo tipo de imundície, e conviveu com pessoas, que com ele sofriam toda espécie de humilhação e de castigos desumanos. Achava que não iria sobreviver naquele lugar, até que foi levado ao hospital que ficava em um prédio atrás do cárcere em que estava aprisionado, para conversar com uma assistente social.

O fragmento acima relata o breve momento em que ele esteve fora daquele lugar que o fragilizava, rebaixava sua condição de ser humano, feria sua alma, sua autoestima. Mendes, ao descrever a natureza em sua volta, torna-se completamente sentimental, contemplativo, o que o declina ao mais íntimo de sua sensibilidade ficcionalizando a escrita de sua trajetória. Portanto, notamos em *Memórias de um sobrevivente* uma intensa subjetividade que está mais para o plano da emoção, do espírito, deixando de ser apresentado para ser representado (MATHIAS, 1997).

Além disso, a dificuldade do autobiógrafo em estabelecer uma fronteira que separe a verdade da imaginação será confirmada, de certa forma, por ele próprio. Conforme podemos perceber quando voltamos nossa atenção para o epílogo do livro em que Mendes declara que:

(...) afora poucos momentos em que estive no comando de minha existência, a maior parte de minha vida transcorreu em uma roda viva, descontrolada e descontínua. Eu queria ordenar momentos e acontecimentos, ações e reações, para ver se entendia um pouco dessa balbúrdia que foi minha existência. Confesso que o resultado não foi muito satisfatório, por esse lado. Talvez eu tenha ficado sem entender ainda mais. Ao desenrolar núcleos dessa história, fui envolvido pelas emoções e não consegui ficar de fora, no ponto de observação. Revivi, sofri, chorei de dó e até de raiva de mim mesmo. Acho que me perdi na história. (MENDES, 2009, p. 414).

Assim, evidenciamos no fragmento, que o próprio autor revela não conseguir obter pleno controle da sua escritura, perdendo o domínio daquilo que escrevia, do mesmo modo como não conseguiu controlar suas emoções. Ele abre brechas que o levam a dizer mais do que sentia, como uma maneira de ressaltar tais sentimentos, rompendo com a fronteira do real.

Esse destaque de Mendes para os seus sentimentos nos faz retomar as ideias de Mathias (1997, p. 3), quando ele diz que o autobiógrafo concentra-se “em aprofundar a teia sucessiva e simultânea de imagens e emoções que o foram habitando e com as quais convive numa arquitetura de múltiplas ressonâncias”.

Logo, as percepções sentimentais são expressas com um toque de exagero repercutindo de diversas formas na obra.

Desse modo, intuímos que esse universo psíquico e emocional do protagonista de *Memórias de um sobrevivente* lembra, ainda que vagamente, o romance psicológico, narrativa ficcional em que os personagens revelam o seu estado de alma, suas angústias e medos, e que de modo (menos acentuado) se apresenta na obra analisada:

Tal como naquele poema de Maiakóvski, eu não podia deixar que pisassem nas flores do meu jardim, para que depois não me cortassem a voz da garganta, e nada mais pudesse dizer (...). Tudo era nebuloso, meu sistema de autodefesa protegia-me dos fatos como se os envolvesse em casulos de aço e matéria de sonhos. (MENDES, 2009, p. 349/364).

No fragmento acima Mendes estava completamente amedrontado, com medo do que iria lhe acontecer na prisão, com medo da morte, da violência de outros detentos, acabara de voltar para o cárcere e dessa vez teria vindo para ficar, pois já era maior de idade e carregava muitos crimes nas costas. Por isso, começa a pensar sobre a sua condição naquele ambiente hostil e penetra em um campo de sensações que o levam a refletir sobre si mesmo.

Esses momentos de reflexões ou meditações valem, segundo Contardo Calligaris (1986, p. 51), como o “ato inicial que transfere a verdade do mundo para o íntimo do sujeito”. Desse modo, o sujeito na pele do autobiógrafo posiciona-se como sendo o ponto central da verdade. O que importa são as suas impressões e o seu ponto de vista.

No entanto, o que tem para enunciar sobre sua vida e as coisas que o cercam é muito limitado, restando-lhe somente poucas “evidências fundamentais” (ibidem, 51). Assim, poderá não lhe restar alternativa a não ser recorrer à imaginação e as alegorias, para expor a sua sinceridade (CALLIGARIS, 1986).

Além disso, o prefácio da obra *Memórias de um sobrevivente* foi redigido, a convite, pelo escritor Fernando Bonassi, que se tornou amigo de Mendes quando esse realizou uma oficina literária na prisão. Na introdução, Bonassi apresenta o livro dentro do gênero romance. “Luiz, o sobrevivente deste verdadeiro romance de formação” (MENDES, p. 8), o que conduz o leitor a presumir a inclinação da obra para o plano ficcional, haja vista a natureza fantasiosa dos romances (TAUFER, 2007).

Igualmente, podemos evidenciar em *Memórias de um sobrevivente* outras características de gêneros pertencentes a narrativas ficcionais. Como em muitos momentos em que o relato estende-se a um estado marcado por uma forte tensão, com a presença do crime, de perseguições de policiais em busca de criminosos, da presença do herói na figura do policial e do anti-herói na imagem do criminoso, de acontecimentos imprevistos, aventuras e perigos.

Todos esses elementos, típico de um texto ficcional, recordam o romance de ação (TAUFER, 2007), ou até mesmo um romance policial. Abaixo um fragmento que mostra o que foi dito:

Dois guardas-noturnos tentaram me pegar, postando-se em meu caminho, driblei-os. Uma radiopatrulha com dois PMs veio auxiliá-los (...). Dei uma saraivada de tiros para cima deles (...). Corri dois quarteirões recarregando as armas, estava com o bolso cheio de balas. (...). Dei tiros no carro feito louco, não podia deixar que descessem para me cercar. Entrincheirei-me atrás de um carro e novamente os assustei (...). Um táxi veio a toda para cima de mim. (...). Entrei correndo, enfiei, desesperado, os revólveres na cabeça do motorista e mandei que pisasse fundo no acelerador. (...). Eu tremia dos pés à cabeça, (...). O coração explodia no peito, parecia querer sair pela boca. Não conseguia sequer falar. (MENDES, 2009, p. 318-319).

O trecho narra um episódio de fuga que aconteceu quando Sueli, namorada de Mendes, esfaqueou a prostituta Marcela com uma garrafa quebrada, deixando-a nua e toda ensanguentada em um quarto de hotel. Sueli teria se vingado ao saber que Mendes, o namorado, teria passado a noite com a prostituta. Ele ficou apavorado, pois estava sendo procurado pela polícia, por vários assaltos e um homicídio. Era um fugitivo e sabia que a qualquer vacilo poderia ser preso. Quando percebeu a movimentação saiu correndo e foi perseguido por dois guardas-noturnos e uma viatura com dois policiais militares.

Essa vasta descrição de relatos que podemos encontrar na narrativa, como a do exemplo acima, com muito movimento, fugas e tensão, nos levam a comparar a narrativa a cenas de novelas, nos projetando para um universo cinematográfico (TAUFER, 2007), em que as criações, como sabemos, trilham caminhos fantasiosos, o que nos leva a crer que Luiz Alberto Mendes também tenha mergulhado nesse mar de ficção no instante da sua escritura.

Para concluir, nos esteamos em Mathias (1997, p. 42), para dizer que a linguagem é uma arma de dois gumes, que contém muitas significações, de forma que toda enunciação consiste em uma busca cautelosa de várias interpretações o

que a torna “mera aproximação de uma realidade que, na sua totalidade vivida, permanece inapreensível. Mesmo, e, sobretudo, para quem a encarnou”. (MATHIAS, p. 42).

Não deixamos de acreditar que *Memorias de um sobrevivente* seja uma narrativa autobiográfica em que a coincidência entre autor, narrador e personagem funde o pacto autobiográfico, direcionando o leitor a uma leitura baseada em acontecimentos factuais. No entanto, também acreditamos que um discurso pessoal como o autobiográfico muitas vezes se encena e se representa, e pode assim transitar do plano real ao ficcional tal como aconteceu com a obra literária analisada.

Pensamos ainda que o fato da obra de Mendes fundir elementos ficcionais aos fatos reais não vai fazê-la perder suas características de texto autobiográfico. Até porque conforme afirma o psiquiatra Jacques Lacan “a verdade está em uma linha de ficção” (LACAN, apud CALLIGARIS, 1986, p. 53).

3. RELAÇÕES DE PODER NA OBRA “MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE” DE LUIZ ALBERTO MENDES

Memórias de um sobrevivente é uma autobiografia, de Luiz Alberto Mendes, publicada pela primeira vez no ano de 2001, pela editora Companhia das Letras. Escrita na prisão, narra a trajetória da vida do autor, desde sua infância marcada pela violência familiar, seu ingresso no mundo do crime, a vida social e sentimental, suas inúmeras passagens pelos reformatórios da época, até sua condenação definitiva.

Luiz Alberto Mendes Jr. é filho de Eida de Oliveira Mendes e Luiz Alberto Mendes, nascido no dia 08 de Maio de 1952, no bairro paulista de Vila Maria. A narrativa tem como cenário a cidade de São Paulo, desde o final da década de 50, quando Mendes era apenas uma criança, até o ano de 1978, já na sua fase adulta, tratando-se, portanto, de um recorte da vida do autor, escrita durante esse período. A história relatada transita do social ao familiar, expondo muitos aspectos da vida de Mendes como prisioneiro.

O relato foi escrito em 1986, cerca de quinze anos antes da sua publicação, e ficou guardado, até que Mendes conheceu o escritor Fernando Bonassi, em 1999, quando este desenvolvia oficinas literárias junto com outras pessoas, na mesma casa de detenção em que Mendes estava. Em pouco tempo se tornaram amigos, e o detento falou sobre o “manuscrito engavetado”. Bonassi quis conhecer o texto e ao fazer a leitura, impressionou-se ao deparar-se com um “exemplo de obra acabada”, ajudando o iminente autor na publicação. O escritor Bonassi é quem assina o prefácio do livro.

Luiz Alberto Mendes é um autodidata; com pouca escolaridade, teve seu primeiro contato com a literatura dentro do cárcere. Ele escreveu outras obras como, *Tesão e Prazer* (2004), uma continuação de suas experiências no cárcere, *Às cegas* (2005), dentre outras. Também escreveu algumas peças teatrais, além de ter promovido oficinas de leitura e escrita nos presídios e nos bairros periféricos paulistas. Condenado a quase cem anos de prisão, Mendes passou grande parte de sua vida na reclusão.

Na obra, *Memórias de um sobrevivente*, podemos evidenciar a imposição de normas, de violência, dentre os mais diversos mecanismos de sujeição, de

vigilância, de controle, até as mais implacáveis punições. Uma rede de relações de poder se desmascara, se legitima e se reafirma na trama. Esses diferentes jogos de forças e de conflitos presentes na obra, se manifestam em lutas de dominação, de poder e podem ser observadas através das instituições sociais e diferentes dispositivos de controle.

Por fim, vale ressaltar que, em se tratando dos personagens da narrativa, no decorrer da análise, neste capítulo, nosso foco estará voltado mais especificamente para a vida do personagem central da trama, Luiz Alberto Mendes Júnior, o qual constitui o autor-narrador-personagem, como já fora esclarecido no segundo capítulo deste trabalho. Portanto, nos referiremos a ele de diferentes maneiras: como Luizinho ou pequeno Luiz para nos reportarmos à infância, sendo ele ainda criança. Chamaremos de Luiz quando se tratar do personagem na sua fase adulta e Mendes para evidenciar o narrador. Frisando que todos esses nomes designam a mesma pessoa.

3.1 Relações de poder na família

A narrativa, *Memórias de um sobrevivente*, inicia o relato pela infância, quando Luiz Alberto Mendes tinha apenas seis anos de idade. Luizinho, como era chamado pelos familiares e pelos amigos, conheceu a violência muito cedo. O pai alcoólatra e agressivo, costumava se ausentar durante dias de casa, sem dar qualquer notícia e, quando voltava, estava completamente bêbado, brigando e batendo no menino. Em seu relato, Luizinho deixa claro o uso da força e da tirania de seu Luiz:

Por qualquer motivo, mandava que eu fosse buscar o cinto de couro no armário e dizia, sadicamente, que iríamos ter uma conversa. Era uma tortura, era mesmo! Pegava pelo braço e batia, batia, batia... até ficar sem fôlego. Eu sentia que era com raiva, prazer até. Qual quisesse apagar todos os males de sua vida miserável. Eu gritava até não ter mais voz, pulava, esperneava e tentava me defender dando a parte menos dolorida do corpo às cintadas. Se é que havia alguma parte menos dolorida. Então me largava num canto, escondido do mundo; inteiramente só, chorando... Todo cortado por vergões roxos, querendo morrer (...). (MENDES, 2009, p. 10).

Dona Eida, a mãe, era costureira e trabalhava cansativamente para tentar conseguir suprir o mínimo das necessidades para a sobrevivência da família, já que Luiz, o pai, não conseguia manter-se empregado. Ela era uma esposa submissa e amedrontada. Sempre que via o marido espancando o filho, ficava quieta no canto chorando, não lhe interrompia, pois julgava que bater “fazia parte da educação de uma criança, era normal” (MENDES, 2009, p. 10).

O medo e a repressão eram constantes no lar. “Para seu Luiz, espancar era o melhor, se não o único método de educar filhos” (MENDES, 2009, p. 10), e por isso o menor Luizinho começou a sonhar com a liberdade muito cedo, e acreditava que a encontraria nas ruas, visto que para ele a casa era sinônimo de prisão e opressão. O pai não o deixava sair para brincar com outros coleguinhas porque o garoto não gostava de estudar, “Dizia que, se não queria saber de estudar, então também não ia brincar”. (IBIDEM, p. 13).

O pequeno Luiz nutria um sentimento divinal pela mãe: “Aquela mulher era muito delicada, extremamente feminina, eu a amava a ponto de chorar às vezes, só de pensar nela” (MENDES, 2009, P.14). Todavia, tinha pelo pai um sentimento paradoxal, como ele expõe no relato abaixo:

Odiava-o com todas as forças do meu pequeno coração. Vivi a infância toda fermentado ódio virulento aquele meu algoz. Quis crescer, ser grande e forte para arreventá-lo a socos e pontapés. Desde muito cedo vivi desesperado por liberdade, louco para viver solto como os outros meninos (...). Não suportava a reduzida prisão que se tornara a minha casa (...). Apesar de tudo, eu amava aquele rude pai, apesar de odiá-lo também. (MENDES, 2009, p. 10/13).

Esse antagonismo sentimental que Luizinho sentia, era fruto de um relacionamento pautado sempre em ameaças, ofensas e violência. A figura paterna era representada pelo menino como um carrasco que estava sempre pronto a castigá-lo pelo menor descuido que cometesse. Os momentos de descontração ao lado do pai eram muito raros: “Lembro das poucas vezes que ele conversou comigo. Tão poucas que não consigo lembrar de um só tema de conversa, a não ser repreensões” (2009, p. 15).

Talvez essa relação hostil com o pai, além de ter suscitado em Luizinho esse sentimento antagônico de ódio e amor e o desejo de viver solto na rua, tenha também lhe incentivado a sentir prazer por tudo que era proibido. Foi aos oito anos de idade que o garoto começou a cometer os primeiros roubos. Primeiramente,

dentro de casa, furtava o dinheiro da carteira da mãe e se aproveitava da embriaguez do pai para também tirar-lhe o dinheiro do bolso. Luizinho relata que seu Luiz, o pai, sempre ameaçava castigá-lo caso se tornasse um ladrão:

Dizia que do filho dele, se fosse ladrão, ele cortaria as mãos. Julgava-se o suprasumo da esperteza, e eu, um menino bobo e medroso de quem ele possuía absoluto controle. Dizia que eu jamais o enganaria. Acho que era mais por isso que o roubava, e quase todo dia. Adorava o desafio, era gostoso rir por dentro enquanto ele arrogava sua esperteza. (MENDES, 2009, p. 16).

Destarte, o pai de Luizinho também estabelecia as regras dentro da casa, os horários, os regimes, levando o filho se sentir encarcerado. O menor descreve algumas situações em que tinha que cumprir com as obrigações e trabalhos ordenados pelo pai, como cuidar dos passarinhos que o pai criava: “Eu odiava aqueles passarinhos, pois era minha obrigação cuidar deles. Como qualquer garoto queria brincar, e tinha de limpar gaiolas malcheirosas e alimentar uns bichinhos que nem podia tocar”. (MENDES, 2009, p. 13).

No que diz respeito à família, sabemos que ela representa a primeira comunidade em que o indivíduo estabelece laços e relações com o outro, além de internalizar valores, aprendizados que o ajudarão a ter uma melhor compreensão sobre si e sobre o mundo. É no ambiente familiar onde a criança terá o primeiro contato com princípios e normas que irão reger a sua vida. Todavia, também sabemos que as famílias se diferenciam, e todo um conjunto de preceitos também atuam de modo diferente sobre a vida dos seus componentes, muitas vezes, provocando a desestruturação da mesma. Ainda assim, a família continua exercendo um papel muito importante para a formação de uma pessoa.

Apesar de haver sempre uma evolução no modo como se constrói e se configura uma família, dentro de um seio familiar tradicional, normalmente podemos notar uma hierarquia, na qual geralmente o pai é quem exerce o comando, a autoridade sobre os demais membros, e ele quem faz e dita às regras e normas, enquanto aos outros cabe, muitas vezes, somente obedecer.

Em *Memórias de um sobrevivente*, podemos perceber esse papel de chefia e autoridade na figura do pai, que tenta manter uma dominação e um controle sobre a esposa e o filho, conforme foi observado acima. Evidencia-se então um jogo de forças nas relações interpessoais dentro dessa família, na medida em que existe

uma sujeição dos membros à autoridade do genitor, que para isso, utiliza-se muitas vezes, de mecanismos repressores e violentos para subjugar-los.

Nesse sentido, Passos (2008, p. 12), explica que, para Foucault, a violência apesar de não ser um elemento constitutivo do poder, pode sim ser vista como instrumento desse poder.

Além disso, a submissão da esposa, as constantes repressões à criança, às tarefas de casa, os horários, todo esse conjunto de procedimentos, ou estratégias, implicam em “uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade” (FOUCAULT, 2014, p. 30), são conflitos, tensões, que geram um “jogo de forças” dentro das relações mantidas no interior do lar de Luizinho, manifestando-se em relações de poder, exercido através do domínio do pai sobre os demais familiares.

Segundo Foucault (2010, p. 12), assim como outras instituições sociais, a família pode ser analisada como um local imbuído de “relações de forças”, portanto um micropoder. O filósofo reitera que:

As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças na família. Na sociedade, há milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo. (...) uma dominação de classe ou uma estrutura de Estado só podem bem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder. (FOUCAULT, 2010, p. 231).

Assim, o poder se manifesta de muitas formas, como uma teia complexa de inúmeras e diferentes relações, que abrange também as “pequenas coisas” (*grifo nosso*), como por exemplo, a vida cotidiana familiar, levando-nos a concluir, que a família apresentada pela narrativa analisada, tanto quanto as demais, apresenta-se permeada de relações de poder.

3.2 A prisão e os mecanismos de poder

A prisão é uma instituição disciplinar onde estão presentes diferentes técnicas articuladoras de relações que envolvem forças diversas do exercício de poder. É o local onde a punição acontece nua e crua, visto que é aceitável para a sociedade e porque o ambiente por si só já é a própria punição (PASSOS, 2008).

De acordo com Foucault (2014, p. 223) “a forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, por meio de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão”. Nesse sentido, com o intuito de efetivar o processo de disciplinarização e submissão dos condenados, a prisão, parte imprescindível no conjunto das penalidades, introduzirá técnicas corretivas para transformação e dominação dos detentos.

Apesar de todas as críticas que surgiram antes mesmo da prisão ocupar o seu lugar como a forma de punição legal por excelência, e de todos os incontáveis problemas que o cercam principalmente no tocante ao sistema carcerário brasileiro, dela não se pode abrir mão.

E assim, pelo fato de a prisão ser um ambiente com características diversas de punições que são aceitáveis pela sociedade e de certo modo legítimas, torna-se um campo fértil para o estudo das relações de poder. No livro *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes, podemos perceber a presença desses diferentes instrumentos de sujeição, denominados por Foucault de mecanismos ou instrumento de poder. Trataremos de alguns deles logo abaixo.

3.2.1 Trabalho forçado e Isolamento

Segundo Michel Foucault (2014), a disciplina atua como um poder microscópico que age sobre o corpo do indivíduo impondo-lhe uma conduta, isto é, disciplinando-o no tempo e no espaço. Desse modo, as instituições sociais modernas atuam como processos disciplinares que realizam sobre o corpo “a sujeição constante das suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2014, p. 135), revelando uma técnica de dominação que Foucault denominou de microfísica do poder.

O “investimento político do corpo” (p. 136), de controle, adestramento e de dominação, analisado por Foucault, foi por longo tempo, e digamos que teoricamente até nos dias de hoje, uma das principais funções da instituição prisão, ou seja, uma forma de transformar o condenado em sujeito apto à reintegração na sociedade. Para isso, a instituição utilizava-se de diversas técnicas disciplinares, dentre as quais, o trabalho forçado e o isolamento.

De acordo com Foucault (2014), a prisão já existia como uma forma de castigo desde muito tempo, e foi organizada segundo um sistema em que se podia cumprir algumas penas, como por exemplo, o trabalho obrigatório (FOUCAULT, 2014, p. 112). Portanto, a prisão surgiu fora do sistema judiciário. Foi a partir dos fins do século XVIII e início do séc. XIX que a instituição prisional começou a despontar como forma principal de punição, se efetivando a partir dos modelos prisionais já existentes nos séculos passados.

Esses antigos modelos prisionais, realizavam uma dura e rigorosa disciplina. Segundo Michel Foucault, essa submissão não era ligada somente a utilização da força ou da violência, mas imposta de maneira menos agressiva e mais sutil, de modo que se demonstrava toda uma técnica e uma organização na forma de impor esse controle. Assim, acreditava-se que o detento se transformaria em um corpo do qual se possa retirar alguma serventia. Portanto, a prisão logo que surgiu, já tinha em seu regime esse caráter disciplinador comum às instituições modernas.

Na obra *Memórias de um sobrevivente*, conhecemos a história de vida de Luiz Alberto Mendes, e descobrimos que ele iniciou sua carreira no crime muito cedo. “Aos dez anos já era um ladrãozinho bastante bem-sucedido e oportunista” (MENDES, 2009, p. 23). Começou a roubar na infância, primeiramente, a fim de conquistar algumas amizades, e sair com garotas, pagando-lhes sorvetes, cinema e etc. Visto ter grande dificuldade em se relacionar com as pessoas, fazer amizades e principalmente mantê-las, precisava pagá-las.

O pequeno Luiz nunca quis saber de estudar, e desde muito cedo sentia uma grande atração pelas luzes da cidade e toda a aventura que esta poderia oferecer. Foi assim que aos onze anos de idade, fugiu pela primeira de vez da casa dos pais para participar do carnaval. “Bebi a pinga dos companheiros maiores e passei mal, não antes de pular, gritar e ficar louco de alegria.” (MENDES, 2009, p. 24-25).

A segunda fuga aconteceu pouco depois da primeira, aos doze anos, e foi motivada pelo medo do pai descobrir que Mendes tinha sido expulso da escola particular em que fora matriculado, por ter gastado o dinheiro das mensalidades e não frequentar as aulas há meses. “Passei a mão em todo dinheiro que havia na casa, (...) e novamente fugi. (...) A liberdade, a irresponsabilidade da rua, as luzes da noite, me fascinavam...” (MENDES, 2009, p. 25).

Foi nessa ocasião que Mendes, depois de dias vagando pelas ruas com frio e fome, foi levado desmaiado por uma viatura ao SAT (Serviço de Assistência e Triagem) “local onde eram recolhidos os meninos de rua com menos de catorze anos que viviam de pequenos roubos na cidade” (MENDES, 2009, p. 27).

A partir daí, as fugas de casa, os roubos, as conduções aos reformatórios, os espancamentos que lá sofria, viraram rotinas na vida do menor, que tinha um sonho: ser malandro. “Como era fã do Bandido da Luz Vermelha. Admirava os assaltantes de banco que começavam a surgir em São Paulo (....). Meu sonho era ser malandro, daqueles que saiam nos jornais” (MENDES, 2009, p. 36-56).

Luizinho chegou a conseguir alguns empregos em empresas e fábricas, ainda na adolescência, onde trabalhou principalmente como office boy, mas sempre na primeira oportunidade que tinha assaltava o local onde trabalhava e ia viver os prazeres, a “liberdade” e o submundo das ruas que tanto o fascinavam.

Com essa atração por tudo quanto era proibido e errado, ele foi crescendo e se afundando cada vez mais na lama da miséria humana, da criminalidade. Os anos eram os da década de 60, em plena Ditadura Militar, quando era ainda apenas uma criança, e assim foi crescendo em meio ao crime, se profissionalizando como um aprendiz de bandido. Sua vida se limitou, grande parte, nas passagens pelos reformatórios e prisões, até ser condenado definitivamente.

Desse modo, em *Memórias de um sobrevivente*, é possível estabelecermos uma relação do funcionamento do estabelecimento prisional atual com o da época do seu surgimento, na medida em que vemos a rotina dos reclusos atrelada a uma forte disciplina e ao trabalho forçado, como descrito por Mendes em uma de suas passagens pelo instituto correccional quando ainda era menor de idade:

No segundo dia de estada no Instituto, após tomar o café da manhã, fomos mandados entrar em forma. (Ali tudo funcionava na base das palmas. Era bater palmas, para que entrássemos em forma, automaticamente. Fila para tudo também, e tudo na maior ordem e silêncio do mundo. Ao comando do chefe de plantão virávamos à direita, volver!). (...) Fui escolhido para a lavoura da casa, assim como todos os que chegaram comigo. Era norma, os mais novos trabalhariam para a casa, sem ganhar nada. Os mais velhos já se engajavam nas lavouras da rua (...) (MENDES, 2009, p. 138).

Notamos no fragmento acima a disciplina que impera no Instituto, com horários rígidos, silêncio que não poderia ser quebrado, além de todo o conjunto de

regras e obrigações que deveriam ser rigorosamente cumpridas. Com o trabalho forçado os presos varreriam e capinariam as ruas do município, limpariam as valetas e estariam vestidos somente com botas e bermudões, sem camisa, para que se dificultassem as fugas (MENDES, 2009).

Mendes recorda que os trabalhos não se limitavam à prefeitura ou a particulares, eles deveriam também cuidar de outros afazeres, como de pomares, hortas, que eles mesmos cultivam e cuidavam: “Com uma enxada, fui levado ao pomar das laranjeiras (...) os soldados posicionavam cada menor em frente a uma rua de laranjeiras e mandavam que capinásemos.” (MENDES, 2009, p. 141). Também tinham que trabalhar na cozinha para preparar o alimento que iriam consumir:

Havia uma vaga para trabalhar na copa e na cozinha. O pessoal da cozinha era o único que trabalhava de sábado e domingo (...). Na cozinha, comecei a trabalhar servindo no balcão e na copa. Pegava os tambores de leite fresquinho, recém-tirado da vaca, ainda espumando (...) lavava as canecas, o balcão, o chão e a pia. (MENDES, 2009, 144).

Através da narrativa, percebemos que no sistema carcerário brasileiro, também houve um momento em que as casas correccionais se vincularam aos trabalhos obrigatórios, como forma de submissão e transformação da conduta dos detentos. Como o próprio nome indica, essas casas ou institutos correccionais acreditavam que “a duração da pena só tem sentido em relação a uma possível correção, e a uma utilização econômica dos criminosos corrigidos.” (FOUCAULT, 2014, p. 121).

Segundo Michel Foucault (2014), os antigos modelos prisionais obedeciam a três princípios fundamentais, e um deles era o trabalho obrigatório. Além disso, no seu interior reinava uma rigorosa disciplina, e acreditava-se que mantendo a mente e o corpo do prisioneiro ocupado, seria mais fácil a transformação desse indivíduo, que deixaria de lado os pensamentos violentos e tendenciosos ao crime, por isso o trabalho obrigado. Deste modo, a punição pelo trabalho aparece como condição importante para o processo correccional desse preso, exatamente como vimos na narrativa, *Memórias de um sobrevivente*.

Foucault (2014) esclarece que o trabalho dentro das instituições prisionais não tem uma utilidade no que tange a atividade de produção:

(...) mas pelos efeitos que toma na mecânica humana. É um princípio de ordem e de regularidade; pelas exigências que lhe são próprias, veicula, de maneira insensível, as formas de um poder rigoroso; sujeita os corpos a movimentos regulares, exclui a agitação e a distração, impõe uma hierarquia e uma vigilância que serão ainda mais bem aceitas, e penetrarão ainda mais profundamente no comportamento dos condenados, por fazerem parte de sua lógica: com o trabalho, a regra é introduzida numa prisão, ela reina sem esforço, sem emprego de nenhum meio repressivo e violento (...). O trabalho penal deve ser concebido como sendo por si mesmo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade. (FOUCAULT, 2014, p. 235).

Assim, observamos que esses mecanismos punitivos através do trabalho obrigatório seriam uma forma de manter um controle maior sobre o condenado, na medida em que eram acompanhadas de todo um conjunto de normas, ordens, horários, sanções, como as palmas, as filas, a vigilância dos guardas, o silêncio, que eram obrigados a manter, exemplos já citados por Mendes. É uma maneira eficaz de disciplinar os presos, moldando suas condutas, fazendo-os respeitar as normas estabelecidas.

Michel Foucault (2014, p. 143), observa que a disciplina é uma arte que visa tanto à organização em fila quanto “a técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações.” Com efeito, o trabalho como se apresenta na prisão, vinculado a regras que moldam a conduta do preso, levando-o a uma submissão através da ocupação, acaba por gerar sob o condenado um efeito de poder.

Portanto, podemos concluir que conforme pondera Foucault (2014), o trabalho na prisão não deve ser visto como uma forma de se obter lucro ou profissionalizar o infrator, “mas como a constituição de uma relação de poder” (p. 236), utilizando o trabalho como uma técnica disciplinar que tem por finalidade operar uma mudança na conduta do prisioneiro, e, por conseguinte, torná-lo peça maleável ao sistema social, do mesmo modo que acontece na trama.

Dando continuidade à análise da narrativa, também podemos encontrar dentro do espaço prisional outras técnicas ou práticas vinculadas ao poder disciplinar. Trata-se do isolamento, que tem como finalidade, assim como o trabalho forçado, produzir no preso uma submissão, fabricando um sujeito apto ao comando e à obediência. No trecho abaixo podemos observar o pavor com o qual Mendes

descreve a cela forte, símbolo do isolamento e do poder, local para onde os prisioneiros mais agressivos e indisciplinados eram levados:

(...) os briguentos apanhariam bastante dos soldados e passariam uma temporada na cela-forte. E cela-forte ali, era forte mesmo. Ficava-se isolado em uma cela, só de calção, sem contato com ninguém. Um quarto escuro e todo trancado, isolado da prisão. Esse era o lugar que todos mais temiam. (MENDES, 2009, p. 135)

O isolamento era algo que mexia com as estruturas psicológicas do preso, e assim como a tortura causava pavor a sua alma. E a cela-forte era onde o preso “amargaria por quatro ou seis meses a solidão total, sem ver gente e sem falar com ninguém” (MENDES, 2009, p. 139), caso fizesse parte de alguma tentativa de fuga, conspirações, briga, ou qualquer atitude violenta por parte do condenado, atitudes essas que mostravam a sua rebeldia e a necessidade de aplicação de uma pena que mudassem seus valores.

Já próximo ao final do livro *Memórias de um sobrevivente*, depois de muitas entradas e saídas da prisão, Mendes foi julgado e condenado há mais de 100 anos de prisão, por vários crimes cometidos, inclusive um homicídio dentro e outro fora da prisão, além de inúmeras tentativas de fuga. Por isso, assim que foi condenado, os policiais já o julgavam de alta periculosidade e de temperamento violento, e o conduziram à tão temida cela-forte, denominada também pelos presos de cela disciplinar, onde Mendes ficou preso por sete meses:

(...) dava para ver a cela forte. Lugar assustador; causava até arrepio de olhar (...). Desceram comigo ao porão, abriram uma cela forte, mandaram que eu entrasse. Entrei apreensivo, ordenaram que tirasse toda a roupa. O pânico se apossou de mim. A cela estava nua como eu. As paredes vertiam água. O chão era de caquinhos de cerâmica, geladíssimo. (...) Pensei que jamais sairia dali. Entrei em depressão profunda. Depressão em preso não é doença. É uma constante, um estado de espírito que ele aprende a engolir em seco e aguentar. (MENDES, 2009, p. 370-377).

Notamos então, que o local conseguia ser ainda mais degradante para o preso que todo o resto da prisão. Na cela o detento ficava completamente nu, o que o deixava numa situação de humilhação moral. Ali, na completa solidão de uma cela congelante, rebaixado; nada lhe restava além da sua própria consciência. Nesse sentido, não só o corpo, mas a alma do condenado se tornava alvo de investimento de poder.

Para Foucault (2014), a solidão colocará o prisioneiro diante dele mesmo, restando-lhe como única alternativa escutar a sua própria consciência. Desse modo, “O isolamento assegura o encontro do detento a sós com o poder que se exerce sobre ele” (FOUCAULT, 2014, p. 230). E assim, ele se torna o agente e o sujeito desse poder. Sozinho o detento vai examinar e ouvir sua própria consciência e aceitar a correção, ou o castigo, tornando-se submisso. Segundo o filósofo, a solidão leva o preso a refletir sobre tudo de errado que fez e que lhe causou essa punição, arrependendo-se. Para complementar a importância da ação de isolar um preso dentro de uma instituição, Foucault diz que:

Enfim, e talvez principalmente, o isolamento dos condenados garante que se possa exercer sobre eles, com o máximo de intensidade, um poder que não será abalado por nenhuma outra influência; a solidão é a condição primeira da submissão total. (...) Assim, esse jogo do isolamento, da reunião sem comunicação, e da lei garantida por um controle ininterrupto, deve requalificar o criminoso como indivíduo social: ele o treina para uma atividade útil e resignada, devolve-lhe hábitos de sociabilidade. (FOUCAULT, 2014, p. 230-231).

A partir da abordagem, acredita-se que utilizando o isolamento como mecanismo penal consegue-se obter sobre o detento um controle e um poder de coerção manifestado em toda a sua força. Além disso, nada poderá interromper ou atrapalhar esse poder, que poderá ser exercido ininterruptamente ou enquanto durar a punição. O resultado disso é um indivíduo transformado, disposto a seguir as regras internas do cárcere.

Diante do que foi exposto neste tópico, buscamos tornar mais elucidativo que tanto o trabalho forçado, como o isolamento ou a solidão, são mecanismos de poder que se esteiam em uma instituição de caráter disciplinar chamada prisão, e vão servir “como um agente de transformação carcerária” (2014, p. 233), fazer do corpo do condenado um corpo dócil, submisso e mecanizado ao fim a que se propõe.

Essas são somente duas de muitas técnicas disciplinares utilizadas pela instituição prisional como mecanismo do poder de punir, como por exemplo, a vigilância, próximo elemento de nossa análise.

3.2.2 Vigilância

Conforme as sociedades vão se modernizando, vão se tornando cada vez mais complexas, e as relações de poder presentes no corpo social também tendem a acompanhar o mesmo ritmo, tornando-se mais extensas e mais abrangentes. Desse modo, a partir da modernidade, a punição já não segue a técnica de tortura em praça pública, comum à sociedade medieval. Uma nova modalidade do poder de punir está em vigor - o poder disciplinar. E para reforçar sua ação e atingir pleno êxito, requer a presença de outros instrumentos, dentre eles a vigilância (FOUCAULT, 2014).

Esse mecanismo de poder consiste em uma observação minuciosa que se estende cada vez mais por toda parte do corpo social e se organiza “como um poder múltiplo, automático e anônimo” (FOUCAULT, 2014, p. 173), nada escapando ao seu olhar. De acordo com Foucault (2014), a vigilância não está limitada às instituições sociais, porque como já se viu, ela está se proliferando por toda parte. Porém, seu exercício pode ser ainda mais funcional e contínuo em certos locais, e o lugar que aqui nos interessa é a prisão.

Em *Memórias de um sobrevivente*, quando Luiz tinha apenas dezesseis anos de idade, ele foi preso pela polícia numa praça do subúrbio paulistano depois de ter ingerido uma grande quantidade de álcool e drogas. Como ele era menor de idade, o delegado o encaminhou para o RPM (Recolhimento Provisório de Menores). Já no RPM, e depois de ter passado o dia ainda sob forte efeito das substâncias tóxicas, numa pequena saleta denominada de chiqueirinho, o menor fora conduzido por um policial militar (PM), a uma carceragem para registro dos dados pessoais, e em seguida foi levado a uma ampla sala, onde estavam outros menores:

O local era assustador. Os PMs sentados em cadeiras no palco onde estava a TV, olhavam-me com extrema hostilidade (...) Todos me observavam silenciosamente. Aquilo me intimidava, deixava nervoso, tenso. Chamavam aquela sala de recreativa. Ninguém falava comigo, só me olhavam. Era proibido conversar, percebi, então (...). Os policiais bateram palmas, dando a entender que terminara a recreação. Os menores, em silêncio, foram saindo. Assim, banco por banco, ordenadamente, pela porta onde eu entrara, formando filas enormes em direção ao pátio. Pareciam robôs. Acompanhei-os. (MENDES, 2009, p. 93-94).

Assim como no fragmento acima, no decorrer de toda a narrativa iremos nos defrontar com situações de extrema vigilância na prisão. Em quase todos os momentos os presos, são analiticamente observados, espreitados. Todo movimento do preso é milimetricamente vigiado, visto que no cárcere, com suas celas e grades, o poder disciplinar vai ser exercido com toda a sua força, e a vigilância aparece como um mecanismo empregado no intuito de ampliar o resultado desse poder.

Em outra passagem pela prisão, antes de ser preso, Mendes teria sido muito procurado pela polícia por participar de vários assaltos como participante de uma quadrilha. Então, ao chegar à instituição, já não era um marginal comum, e por isso foi logo conduzido a um regime em que os condenados considerados perigosos ficavam em celas solitárias, para que pudessem ser examinados por longos meses:

Nunca havia ficado tão só em minha vida. Olhava pela espia, e na galeria não via ninguém, só as portas das celas. Nós estávamos no regime de prova, no qual ficaríamos por sessenta dias, sem contato com outros presos, apenas sendo observados pelos guardas. (...) O choque costumava revistar sempre as celas de provas (...). (MENDES, 2009, p. 369-371).

A partir do trecho acima podemos perceber que a vigilância consiste em uma técnica que permite impor um controle meticuloso sobre o preso, isso porque “permite intervir a cada momento e a pressão constante age antes mesmo de que as faltas, os erros, os crimes sejam cometidos” (FOUCAULT, 2014, p. 199). O condenado, dentro de uma instituição panóptica que é a prisão, torna-se sujeito perpassado pelo controle detalhado desse poder.

Para Foucault, apesar de toda a sociedade estar cada vez mais mergulhada no sistema de vigilância, denominado de Panóptico. É no estabelecimento prisional, que esse olhar minucioso do poder vai expandir ainda mais os seus efeitos. O panoptismo é o símbolo de uma tecnologia de poder polivalente, e que pode atuar em diferentes lugares, penetrando cada vez mais no corpo social.

Nas palavras de Michel Foucault, o aparelho panóptico:

(...) funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e capacidade de penetração no comportamento dos homens; (...) o sistema panóptico é um intensificador para qualquer aparelho de poder (...). Em cada uma de suas aplicações permite aperfeiçoar o exercício do poder. (FOUCAULT, 2014, p. 198-199).

Para o filósofo o panoptismo se confunde com o olhar hierárquico, com a vigilância, e se transforma na representação moderna do poder que tudo vê, tudo observa e que “pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, de modificar o comportamento, treinar ou retreinar os indivíduos” (FOUCAULT, 2014, p. 197), submetendo os presos a diferentes castigos e a uma vigília ininterrupta, dependendo da periculosidade dos criminosos, dos crimes que já tenham cometido ou da índole desses condenados.

O peso da observação incessante pesava sobre os ombros dos condenados, levando-os a manter-se sempre alertas e vigilantes quanto a sua conduta, devido ao medo da punição que podiam receber por qualquer atitude fora do padrão ou considerada anormal, conforme podemos notar no trecho da narrativa:

Os funcionários olhavam, caçadores. A vigilância redobrava em cima de mim. Ficaram me seguindo o tempo todo, não me perdiam de vista. Nem pensei mais em fugir, fiquei com o maior medo da surra que prometiam, caso tentasse. Decidi esperar o meu destino. (...) Dizia para que tomássemos cuidado com nosso comportamento com funcionários e presos, porque ali a disciplina era rígida. (MENDES, 2009, p. 72/228).

Desse modo, a utilização de técnicas de poder baseadas no princípio panóptico se efetua sobre o prisioneiro, prevenindo a rebelião e todo ato de violência ou desobediência dentro da prisão, adestrando-os, conforme pudemos notar no texto literário. Com isso, a vigilância se manifesta como uma forma de dominação, impondo o comportamento que se considera adequado.

Enfim, a vigilância permite avaliar e conhecer o indivíduo, e desse modo, fica mais fácil descobrir quais punições surtirão maior efeito sobre o corpo do condenado (FOUCAULT, 2014). Além disso, a punição através da vigilância possui um caráter preventivo que permite controlar antecipadamente o comportamento dos prisioneiros, exercendo sobre eles uma dominação e certa intimidação, como evidenciado em *Memórias de um sobrevivente*.

Pelo que foi exposto, acreditamos ser possível constatar na obra de Mendes que a vigilância ou o panoptismo é um instrumento de poder que funciona de maneira eficiente e contínua, e que aparece incorporado à disciplina, ou seja, passa a ser uma “engrenagem específica do poder disciplinar” (FOUCAULT, 2014, p. 172), que visa exercer intensamente o controle sobre a vida das pessoas, especialmente quando esta se encontra em uma arquitetura fechada como a prisão.

A vigilância, tanto quanto os demais mecanismos, como o isolamento, o trabalho forçado, dentre outros, irão ressaltar o caráter disciplinador da instituição carcerária. Como diz Foucault, na prisão “a disciplina não é mais simplesmente uma arte de dividir corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficaz” (BERT, 20183, p.88). Nesse sentido, com efeito, a prisão pode ser considerada um exemplo de poder disciplinar.

3.2.3 Violência

Na obra *Memórias de um sobrevivente* poderemos notar o caráter violento e torturador das punições dentro da prisão. Na narrativa temos a presença de um personagem que passou a maior parte de sua vida na prisão, e desde a menor idade viveu as agruras e todo tipo de violência dos reformatórios e dos presídios do Estado de São Paulo. Aos quinze anos de idade Luiz Alberto Mendes já tinha passado inúmeras vezes pelas instituições correcionais e estava completamente mergulhado no mundo do crime.

O adolescente andava armado, em bando, praticava arrombamentos, assaltos, e todo tipo de delitos. Nessa idade já era conhecido pela polícia como um batedor de carteira profissional. Ele fazia de tudo para estar sempre capitalizado. Numa noite, Luiz foi abordado por um italiano homossexual que estava visitando o Brasil, seguiu para o apartamento com o estrangeiro e durante a madrugada enquanto o estrangeiro dormia ele vasculhou toda a residência roubando um cofre cheio de dólares e muitos objetos de valor, o que lhe rendeu uma soma muito alta em dinheiro.

Poucos dias depois o jovem ladrão já tinha estourado todo o dinheiro com drogas, prostitutas, farras, e etc., e decidiu roubar na rodoviária quando foi preso por dois guardas e levado para o juizado de menores. Lá, ele foi reconhecido como o Luiz que tinha roubado o apartamento do italiano, e autor de diversos arrombamentos. Então, foi conduzido para uma salinha cheia de pneus e bicicletas velhas. Tiraram-lhe toda a sua roupa e o amarraram feito um porco em um cano de ferro, como ele descreve abaixo:

Quando ergueram o cano, fiquei pendurado nele feito um frango assado (...). Muito assustado, observei-os desenrolando fios de uma pequena

máquina com uma manivela. Amarraram os fios em meus dedos do pé. Quando o tira virou a manivela da máquina, tudo repuxou. Dei um salto involuntário e um berro de dor e surpresa que deve ter assustado a todos na delegacia (...). Quanto maior a rapidez com que se girasse a manivela, o choque elétrico ficava mais intenso. (...). A sensação era de que me arrancavam as tripas do pé. Dor inenarrável parecia que os fios entravam em minha carne e se grudavam no osso. Havia mesmo um cheiro de carne queimada no ar. (MENDES, 2009, p. 59-60).

O objetivo de toda essa crueldade com o infrator era fazê-lo confessar a autoria dos crimes que havia cometido e dizer o nome de todos os que participaram dos arrombamentos e roubos junto com ele. Essa era uma prática punitiva comum nos reformatórios e nas cadeias, que tinha a intenção de arrancar a verdade dos presos, sobre os delitos que haviam cometidos. Dessa forma, todos os encarcerados passavam pelos mais diversos tipo de castigos. Como observa Mendes:

A tortura era monstruosa, um fora torturado com um pneu no pescoço, outros mostrava marcas de charutos apagados em seu corpo, dedos quebrado, unhas arrancadas, cortes, olho furado etc. Espremiam o sujeito de todas as maneiras (...). Aquilo acontecia todo dia, era uma rotina, o xadrez estava cheio de pequenas poças de sangue que coagulava. (MENDES, 2009, p. 236/259).

Nesse contexto, Foucault diz que em muitos casos “as relações de poder são fixadas de tal modo que elas são perpetuamente dissimétricas e que a margem de liberdade é extremamente limitada” (PASSOS, 2008, p. 36), tal qual acontece na trama. No entanto, mesmo havendo a diferença na relação de poder entre os indivíduos, assim como também o uso da extrema violência, existe todo um jogo de forças por trás. Os guardas pretendem arrancar do preso a confissão, a qual ele geralmente se nega a falar. Quanto mais o preso se nega a confessar, maior a violência contra ele. Abaixo uma citação do personagem a esse respeito:

Dessa vez, amarraram fios na glândula do meu sumido pênis, e fios foram introduzidos no meu ânus. Colocaram um pneu de Volks em meu pescoço, que me sufocava, e lá veio o choque. Superpotente, coletado diretamente da parede. Sacudiu-me, gritei com o fiapo de voz que ainda possuía. (...). A dor era lancinante, enlouquecedora. Era como se houvesse me matado e agora quisesses arrancar a alma. (MENDES, 2009, p. 328).

Desse modo, não resta alternativa ao detento do que fazer a vontade daquele que o subjuga, implicando assim o funcionamento de um poder que é exercido sobre os que sofrem essas punições, visto que para Foucault, no espaço fechado e obscuro da detenção existem práticas de tortura, de humilhação do condenado, que o privam de comida, dentre outras, que tem como efeito a manutenção do comando e controle da instituição sobre os condenados, a sujeição destes e o combate à rebelião. Além disso, todas essas práticas não passam de maneiras diversas de punições (PASSOS, 2008).

Nesse sentido, o cárcere “é um lugar privilegiado onde se vivem e se sofrem as relações de poder” (BERT, 2013 p. 87). Nesse ambiente reside todo um conjunto de técnicas e estratégias do poder sobre o corpo. Segundo Foucault (2014, p. 226), “as técnicas corretivas imediatamente fazem parte da armadura institucional da detenção penal”. Elas existem para que se possa ter um sistema institucional sempre eficiente no comando. Passos (2008), refletindo sobre a teoria foucaultiana, argumenta que são inúmeros os mecanismos utilizados com a finalidade de regular a conduta do preso, de coagi-lo e controlá-lo, e um desses meios é a violência.

Entretanto, essa dominação não acontece somente do ponto de vista do aparelho institucional que se utiliza de diferentes mecanismos para impor sua “lei” (grifo nosso) e efetivar uma relação de poder. Mas no interior do cárcere existe toda uma cultura marginal que acaba por estabelecer uma hierarquia de poder entre os criminosos, se configurando numa relação interpessoal de poder, de maneira que um preso induz uma ação sobre o outro, como forma de fazer valer seus desejos, sua vontade, e prevalecer a dominação dos mais fortes sobre os mais fracos.

Em *Memórias de um sobrevivente*, podemos perceber essa relação em muitos momentos, visto que entre os presos imperava a lei do mais forte, do mais influente, a quem os demais deviam obediência: “os guardas só abriam e trancavam as portas e faziam contagem, o resto funcionava sob o controle dos presos” (MENDES, 2009, p. 356).

Os novatos como eram chamados os recém-chegados, geralmente eram alvos de olhares maliciosos, desejados pelos presos que os disputavam: “A garota agora era o rapaz novo que chegara inexperiente na prisão e era seviciado. Acabava sendo obrigado a aceitar que um valente tomasse conta dele, para que os outros, lobos esfaimados, não o maltratassem” (IBIDEM, p. 357).

Na clausura da prisão ocorria todo tipo de violência entre os condenados, uma cultura marginal emergia e se desenvolvia ali dentro. Comércio de drogas, cigarros, armas e toda uma gama de mercadorias eram vendidas e usadas para ganhar status e poder na cadeia. Na trama, Luiz menciona a descoberta que teve sobre o amigo e bandido Juninho que fora morto por outro preso, o qual o explorava sexualmente.

Soube posteriormente, que o Juninho era garoto do sujeito que o matara. Nem desconfiava disso, mas então pude compreender por que ele tinha maconha. E morreu apenas porque discutiu com o sujeito e, quando este lhe bateu, ele revidou. Pela lei da cadeia, ele teria que apanhar e se calar, não possuía moral para poder revidar. (...). Ele devia sofrer muito na cadeia por ser mulher para um homem, sendo homem: ele não era homossexual. (MENDES, 2009, p. 294).

Juninho tinha sido morto por causa de uma discussão com o preso que o explorava sexualmente. Apesar de não ser homossexual, ele consentia a relação em troca de maconha, produto que somente os presos mais influentes possuíam, e também como forma de se proteger da exploração dos outros presos que costumavam estuprar os novatos. Além disso, Juninho era mais fraco fisicamente e tinha medo da violência que poderia sofrer. Assim, mesmo contra a vontade vivia na submissão, mas mantinha-se sempre alerta, esperando uma oportunidade para se rebelar, por isso fora morto.

Nesse sentido, entendemos que o consentimento estabelece uma condição em que se apoia uma relação de poder, posto que há uma relação de força por trás. Se Juninho aceitava a condição não é porque o agradava ou ele assim o desejava, pelo contrário, existia a relutância, a luta para escapar a essa situação. Entretanto, por causa da violência, ou para escapar a ela, passava a permitir a exploração, sujeitando-se. Neste caso, a violência do preso que abusava do outro preso pode ser vista como uma técnica utilizada ou uma estratégia de dominação de um sobre o outro, implicando, deste modo, em uma relação de poder (PASSOS, 2008).

Desse modo, através da relação de forças, mesmo que um lado se mostre superiormente mais forte, têm-se os efeitos do poder. Para corroborar a assertiva a estudiosa Izabel Passos, na obra *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade* (2008), observa que:

Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente podemos dizer que um tem todo o poder sobre o outro, um poder só pode exercer-se sobre o outro na medida em que resta ainda a este último a possibilidade de se matar, de saltar pela janela, ou de matar o outro. Isso quer dizer que, nas relações de poder, há forçosamente possibilidade de resistência. (PASSOS, 2008, p. 36).

Na trama, essa resistência chega aos extremos quando Mendes se percebe assediado por um preso altamente agressivo e violento chamado Toninho Magrelo. “Seus olhos me acompanhavam jocosos e gulosos, vivia me elogiando, como se eu fosse uma bicha (...). O sujeito era realmente perigoso, e ninguém queria se interpor à pressão que ele foi imprimindo sobre mim”. (MENDES, 2009, p. 354-355). A ameaça crescia a cada dia, deixando Mendes em uma situação desesperadora. Ele estava numa posição visivelmente inferior ao iminente agressor.

Toninho Magrelo era assaltante fora e dentro da cadeia, visto que roubava drogas, cigarros e demais objetos das celas dos outros presos. Ele era famoso pelos seus atos violentos e também era temido por todos os detentos, ninguém nunca o tinha rejeitado ou resistido ao seu assédio. Sempre conseguia o que queria, fosse por bem ou por mal, e agora ele estava determinado, queria Mendes. Porém, se este se deixasse dominar, todos os malandros o desprezariam e nunca mais teria o respeito deles. Além disso, Magrelo “sempre poderia me humilhar, jogando-me na cara que eu fora montado por alguém. E eu teria que calar baixar a orelha, porque esse era o costume, o código criminal”. (MENDES, 2009, p. 355).

Ainda assim, Mendes não tinha coragem para enfrentá-lo porque se julgava fraco e pequeno: “ele tinha muito mais conceito que eu no crime. Havia construído um status na prisão na ponta da faca. Além do quê, sabia que se o enfrentasse mesmo armado, minhas chances não eram muitas” (2009, p. 353). Até que certo dia o assediador arma-lhe uma arapuca, conforme podemos ver no fragmento abaixo:

Quando dei alguns passos para dentro, ouvi o barulho do ferrolho da porta sendo fechado por fora. Era a armadilha (...). De uma cama, onde estava escondido por uma cortina, sai o Toninho, com a maior faca na mão. Riu do meu desespero e disse que agora eu seria dele (...). Dizia-se apaixonado por mim e que eu teria eu ficar com ele de qualquer jeito. Dei confiança de domínio a ele. E, assim afastou-se da faca (...). Pulei na faca já empunhando-a, quando ele avançou num passo de capoeira, já a recebeu na boca do estômago (...) não poderia deixá-lo vivo. (...) só parei quando o vi virando os olhos, estava morrendo. (MENDES, 2009, p.361-362).

A morte do adversário seria, no ambiente hostil da prisão, a única saída encontrada para Mendes fugir do domínio de Toninho Magrelo. Para ele essa atitude seria a última cartada, a possibilidade de resistência ao estupro e ao controle do agressor. Num jogo desigual de forças restavam-lhe poucas opções de escapatória.

Acreditamos que o episódio ocorrido pode muito bem retratar as relações de poder abordadas por Passos (2008), descritas anteriormente. Em virtude de que, apesar de haver uma desigualdade de forças entre Mendes e seu oponente, restava-lhe ainda que minimamente a “possibilidade de resistência”, medida extrema que acabou por acontecer com o assassinato do seu oponente. Atitude esta que podemos configurar como uma ação sobre outra ação, surtindo assim, uma possibilidade de reações possíveis, que se desdobrarão em relações de poder (FOUCAULT, 2014).

Assim, concluímos que a instituição prisional buscou atingir um dos seus papéis principais, que foi a transformação e a ressocialização, e porque não dizer, o controle do condenado. E para atingir essa finalidade incorporou medidas de sujeição disciplinares diversas, o que permitiu a Foucault dizer que a prisão “é a cunha de toda uma nova tecnologia de poder (...)” (BERT, 2013, p. 81).

No entanto, acreditamos que as instituições prisionais ao fazer uso de métodos cada vez mais tirânicos e desumanos, acabaram por se afastar do seu papel reformador e ressocializador, para cultivar e incentivar o recrudescimento de problemas ainda maiores, a proliferação da violência e a falência do sistema carcerário. Parece ser exatamente o que ocorre no sistema penitenciário brasileiro, que na narrativa, assim como no cenário nacional, aparece como uma instituição cada vez mais falida e caótica.

CONCLUSÃO

O presente trabalho de pesquisa possibilitou alcançar maior compreensão sobre as relações de poder presentes na obra *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes, tema que teve como subsídio teórico as reflexões filosóficas de Michel Foucault, e que possui grande relevância para o meio em que se vive, na medida em que essas relações perpassam toda a sociedade e estão em todos os lugares. Assim, ter discutido questões pertinentes a esse assunto ajudou a entender melhor a sociedade em que vivemos.

Neste trabalho pôde-se apreender que o pensador francês tratou o poder não como algo que possuía materialidade e características próprias, mas ao pensar sobre o poder, Foucault o propôs no âmbito das relações sociais. Portanto, o que existia não era o poder, mas relações de poder. Nesse sentido, viu-se que o poder transformou-se em uma prática social.

Deste modo, ao se fazer uma revisão da teoria de Foucault sobre relações de poder concomitantemente com a análise da obra literária de Mendes, foi possível entender que o poder se expressa nas mais variadas instâncias e espaços, ou seja, onde exista um ou mais indivíduos atuando sobre o outro(s) haverá uma relação de poder. Dessa forma, não há como fugir dos efeitos que o poder exerce sobre as pessoas e sobre todo o tecido social.

Para Foucault, assim como a história e a sociedade, o poder também estaria em constante transformação. Sendo assim, para que houvesse melhor entendimento acerca das manifestações sobre o exercício do poder punitivo na sociedade moderna, procurou-se abordá-lo desde a Idade Média no seio da sociedade europeia.

Diante do exposto, e embasado no pensamento de Michel Foucault, buscou-se examinar e demonstrar como as ideias do filósofo francês permearam a obra autobiográfica *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes.

No decorrer da pesquisa descobriu-se que existiam as microestruturas de poder disseminadas por toda a sociedade, formadas pelas instituições sociais, ou seja, as prisões, asilos, hospitais, escolas, igreja, família, etc. Levando essas reflexões à obra analisada, foi possível ver que tais instituições se constituíram como relações de forças, na medida em que se utilizavam de diferentes mecanismos que

teriam por finalidade manter o controle do corpo social, e que por isso Foucault os chamou de micropoderes.

Foi visto que em determinado momento histórico o Estado era representado por um soberano, o monarca. Nessa conjuntura, todo aquele que fosse visto como um transgressor da norma estabelecida estaria sujeito a uma punição pública e severa: o suplício; pois nessa época toda transgressão cometida era recebida como uma afronta direta ao rei.

Por trás de todos os terríveis castigos em que o suposto transgressor era submetido, havia um sentimento de vingança pessoal do soberano contra o infrator. Então, ficou claro que a punição também era uma forma de intimidar o restante da população, para que ninguém se atrevesse a cometer qualquer delito. Apesar da narrativa de Mendes se tratar de uma obra contemporânea, foi possível observamos inúmeras práticas punitivas violentas na trama, que nos remeteram ao contexto da Idade Média.

A partir da análise da narrativa, verificou-se o caráter muitas vezes desumanos das penas, e a partir daí se concluiu que apesar das grandes transformações sociais que ocorreram na transição da era Medieval para a Moderna e do surgimento de uma nova forma de exercer o poder de punir, em certas instituições sociais, como a prisão, ainda vigorava o caráter violento dos métodos penais.

Compreendeu-se que, como resultado de todas as mudanças ocorridas, surgiu um novo *corpus* social, ou seja, a sociedade moderna, que Foucault chamou de disciplinar. O poder disciplinar tinha como função garantir a obediência e a disciplina dos indivíduos. Para isso, procurou-se tornar o corpo útil e dócil para dele se apoderar e controlar, transformando-o em um alvo do poder.

Nesse sentido, ao se fazer a aplicação das ideias foucaultianas para análise da obra de Luiz Alberto Mendes, pôde-se entender que essa forma de poder funcionava como uma espécie de dominação, um controle exercido sobre as pessoas da sociedade moderna através de inúmeros mecanismos ou dispositivos de poder.

Essa nova sociedade também foi denominada de panóptica, pois para Foucault, ela estava sujeita a um tipo de poder vigilante e constante, poder este que seria sentido ainda com mais força dentro de um ambiente fechado como a prisão, conforme ficou evidente no texto literário. E como bem disse Foucault, apesar do

sistema prisional ter sido bem aceito pela sociedade, sabe-se que ainda hoje ele é alvo de muitas críticas que o acompanham desde o seu surgimento.

E apesar do êxito que teve a prisão na modernidade, e que segundo Foucault estaria ligado às mudanças que transcorreram na sociedade e as singularidades do próprio funcionamento, vimos na obra de Mendes as contradições e o regime violento que imperava no interior do cárcere, e acreditamos que esses elementos compõem, junto com outros, a causa para tantas críticas.

Desta forma, ao se fazer um levantamento das teorias de Foucault, com aplicação no texto literário *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes, notou-se uma considerável aproximação das ideias. Na trama foi possível perceber que a instituição familiar aparecia, vez ou outra, envolvida por conflitos que se configuravam em relações de forças e de dominação.

Mendes, o protagonista, descrevia o pai como um homem autoritário que exercia o completo controle sobre os demais membros da família. Esse controle era sentido nas regras que eram impostas como forma de fazer valer a autoridade e manter a submissão do filho e da esposa.

Ademais, durante a análise, observou-se que o pai de Mendes utilizava-se de diferentes mecanismos repressores e violentos contra o filho, os quais eram acatados pela mãe, que tinha medo de se opor, visto que também vivia debaixo da submissão do marido. Por isso, apreendeu-se que o conflito e o clima hostil que pairava no interior do lar de Mendes criara uma rede de relações que se mantiveram constantemente tensas, e que se manifestaram em relações de poder.

Dentro da prisão apresentada pelo romance pudemos ver que vigorava um controle rígido sobre os presos, assim como notamos o uso de diferentes instrumentos punitivos e mecanismos internos de repressão que tinham por finalidade, além de um suplemento corretivo e transformador dos detentos, mantê-los em obediência e sobre a dominação institucional.

A partir desses mecanismos punitivos presentes em *Memórias de um sobrevivente*, ficou mais fácil refletir sobre o modo como se estabeleceram as relações de poder no cárcere. Deu para perceber como o “isolamento” se revelou numa técnica de dominação que mexia com as estruturas psicológicas do detento ao ponto de mudar a sua conduta e o seu temperamento tornando-o mais submisso.

Ademais, o “trabalho” surgiu na narrativa como um elemento punitivo que exigia rigorosa disciplina dos presos, os quais deviam seguir horários rígidos,

respeitar as ordens, manter-se em silêncio. Por isso, entendeu-se que existia ali todo um conjunto de normas que visavam transformar a conduta dos prisioneiros, disciplinando-os. Percebeu-se também que o trabalho obrigatório na prisão se constituiu num mecanismo imbuído de uma relação de poder.

A vigilância, outro tópico que foi abordado no trabalho, configurou-se na obra *Memórias de um sobrevivente* como um mecanismo de poder, na medida em que se permitiu impor um controle minucioso sobre o condenado, regulando e modelando o seu comportamento. Nesse sentido, ficou mais fácil entender de que forma esse dispositivo de poder pôde atuar nas vidas das pessoas, e saber como se exerce esse tipo de controle tão presente na sociedade atual.

Por fim, falamos sobre a violência, último mecanismo presente em nossa análise, e vimos que na trama esse instrumento de poder aparece como um dispositivo de dominação que foi e ainda é tão característico da instituição prisional. Pudemos também observar, que a violência dentro do cárcere é extremamente comum, mesmo assim não deixou e nem deixa de chocar as pessoas pelo horror e pelas atrocidades cometidas ali dentro.

Tratar sobre essa questão no texto de Luiz Alberto Mendes tornou possível examinar o caráter despótico e arbitrário que imperou no interior da prisão, e entender o quanto a violência só gera mais violência. Além disso, ficou mais fácil perceber o jogo de forças que existia por trás dos atos violentos contra os presos, tal como a necessidade de subjugação e controle que atravessa a violência e acaba implicando no funcionamento de um poder.

Diante disso, e tendo em vista que a literatura é vista como uma representação da sociedade, observar as relações de poder no texto literário possibilitou enxergar e entender melhor a maneira como o corpo social estava envolvido pelas relações de poder. Assim, o trabalho permitiu a reflexão sobre aspectos importantes que interferiram e ainda interferem na conduta do sujeito e da sociedade como um todo.

Além disso, a pesquisa abordou questões pertinentes ao gênero autobiográfico, evidenciando ao longo do texto literário traços que o caracterizariam dentro dessa modalidade textual. A partir da visão de Lejeune, ficou perceptível na obra *Memórias de um sobrevivente* a coincidência entre autor-narrador-personagem. Essa tripla identidade seria o que caracterizaria o pacto autobiográfico e onde residiria a essência dessa escrita.

No romance analisado, pôde-se constatar que Luiz Alberto Mendes não somente é o autor da obra, mas o narrador e o protagonista. Essa semelhança pôde ser confirmada tanto através de alguns aspectos extratextuais quanto textuais, e reafirmar o teor autobiográfico da narrativa.

Contudo, ainda que o texto literário tenha sido considerado uma autobiografia, o que o pressupôs como um tipo de escrita baseado em fatos reais, foi possível também perceber o extrapolamento da fronteira do real ao ficcional no discurso de Luiz Alberto Mendes.

Na obra, pôde-se ver, em dados momentos, que o relato foi marcado por uma forte tensão, em que se apresentou enredado por acontecimentos imprevistos, aventuras, perigos e perseguições policiais, o que fez lembrar o romance policial, texto que como se sabe é predominantemente ficcional.

Além disso, o simples fato de recordar um acontecimento pretérito já leva a presumir a inclinação do relato para o plano ficcional, pois como se sabe, é difícil construir um discurso do passado na íntegra, tal como aconteceu no texto literário de Mendes. Todavia, ainda que o romance tenha fundido elementos ficcionais aos fatos reais, deduziu-se que a obra não perdeu suas características de texto autobiográfico.

REFERÊNCIAS

BERT, J. F. **Pensar com Michel Foucault** / Jean-François Bert; tradução Marcos Marcionilo. São Paulo, SP: Parábola, 2013.

CALLIGARIS, Contardo. **Verdades de autobiografias e diários íntimos**. [1986?]. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2071/1210>. Acesso em: 14 de Fev. 2017.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. MOTTA, Manoel Barros da.(org.) Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. rev. e trad. de Roberto Machado. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf. Acesso em: 21 de Jan. de 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete, 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*; organização Jovita Maria Gerheim Noronha; tradução Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

LUDMER, Josefina. **“Literaturas pós-autônomas”**. In: *Sopro*. Panfleto Político-Cultural. Trad. Flávia Cera. Desterro: Cultura e Barbárie, janeiro, 2010, p. 01-04. Disponível em: <http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n20.pdf>. Acesso em: 21 de Dez. 2016.

MACHADO, Roberto. *Introdução: por uma genealogia do poder*. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 17/ª ed. Org. e Trad. Roberto Machado. Graal, 1998. p. VII-XXIII.

MATHIAS, Marcello Duarte. *Autobiografias e diários*. In: *Revista Colóquio/Letras*. Ensaio, nº 143/144, Jan. 1997, p. 41-62. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2071/1210>. Acesso em: 11 de Jan. 2016.

MENDES, L. A. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PASSOS, I. C. F. *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

TAUFER, A. L. *Do factual ao ficcional: memória, história, ficção e autobiografias nas Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes. 2007. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10790/000601223.pdf>. Acesso em: 06 de Out. de 2017.

WALTY, Ivete Lara. *O que é ficção*. São Paulo: Brasiliense, 1986.